

ANEXO I - MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CSM

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - CSM - ANO 2021

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - CSM - 1º TRIM 2021

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - CSM - 2º TRIM 2021

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - CSM - 3º TRIM 2021



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2021



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Índice

ÍNDICE	1
I. NOTA INTRODUTÓRIA	2
II. ENQUADRAMENTO LEGAL	3
III. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	4
1. DESPESA.....	4
1.1. <i>Dotação Inicial, Dotação Corrigida e Dotação Disponível</i>	4
1.2. <i>Análise da Despesa</i>	7
1.3. <i>Indicadores de Gestão Orçamental</i>	13
2. RECEITA.....	14
2.1. <i>Análise da Receita</i>	15
IV. MEIOS HUMANOS	19
<i>Entradas e saídas no CSM</i>	19
<i>Formação profissional</i>	22
V. CONCLUSÕES	24
VI. ANEXOS	25



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

I. Nota introdutória

A dotação global aprovada para o orçamento de 2021 do Conselho Superior da Magistratura (CSM) foi de 154.804.137 €, correspondendo 154.558.284 € a receitas de impostos, 150.000 € a receita própria, 10.000 € a transferências da Administração Pública e 85.853 € a Fundos Comunitários.

Comparando com o ano de 2020, a referida dotação representa um aumento de 1,1% (+1.694.975 €), em virtude essencialmente do incremento das dotações iniciais de receitas de impostos, que representam cerca de 99% do total do orçamento do CSM.

Durante o ano de 2021 e face à insuficiência das verbas disponíveis apuradas após a aplicação das cativações legais em vigor, o CSM foi, no entanto, obrigado a solicitar a descativação de um montante total de 3.970.000 €, maioritariamente para reforço da rubrica 01.01.01.A0.00 – *“Titulares de órgãos de soberania”*.

Com os despachos de 30 de dezembro de 2021, da Sra. Secretária de Estado do Orçamento, o CSM teve ainda conhecimento da autorização da descativação da totalidade das verbas cativas no seu orçamento (846.589 €), apesar do processo não ter sido desencadeado, nem solicitado por este Conselho.

O CSM terminou assim o ano de 2021 com uma taxa de execução de 98,73%, face ao seu orçamento disponível, correspondendo a despesa global assumida a 152.889.887,22 €.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

II. Enquadramento legal

Nos termos do artigo 136.º da Lei n.º 21/85, de 30 de junho, na sua redação atual (EMJ), “o *Conselho Superior da Magistratura é o órgão superior de gestão e disciplina da magistratura judicial*”.

A Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, vigente desde o dia 1 de janeiro de 2008, veio aprovar o Regime de Organização e Funcionamento do Conselho Superior da Magistratura. Ao abrigo dos artigos 1.º e 2.º da referida Lei, o CSM “*é dotado de Autonomia Administrativa e Financeira, dispondo de orçamento próprio, inscrito nos encargos gerais do Estado, do Orçamento do Estado*”.

O CSM integra Órgãos Colegiais Deliberativos - Conselho Plenário, Conselho Permanente e Conselho Administrativo – e Órgãos de Direção – Presidente, Vice-Presidente e Juiz-Secretário. O Conselho Permanente é composto pela secção de assuntos gerais, pela secção de assuntos inspetivos e disciplinares e pela secção de acompanhamento e ligação aos tribunais judiciais.

Por sua vez, a Secretaria do CSM, como plasmado no artigo 14.º da citada Lei, compreende:

- A Direção de Serviços de Quadros e Movimentos Judiciais (DSQMJ);
- A Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF);
- A Divisão de Documentação e Informação Jurídica (DDIJ);
- O Gabinete de Comunicação, Relações Institucionais, Estudos e Planeamento (GCRIEP);
- O Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros (GAVPM).

Em termos organizativos importa ainda considerar o Regulamento Interno do CSM, constante da Deliberação (extrato) n.º 1722/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 216, de 10 de novembro de 2016.



III. Orçamento de Funcionamento

1. Despesa

1.1. Dotação Inicial, Dotação Corrigida e Dotação Disponível

A dotação orçamental aprovada para o CSM no âmbito do Orçamento de Estado para 2021, que ascendeu a 154.804.137 €, foi ligeiramente superior à de 2020, verificando-se um aumento de 1,1%. Tal deveu-se, essencialmente, ao incremento das dotações iniciais de receitas de impostos, com mais 1.681.643 € (+1,1%) em 2021 comparativamente ao ano anterior.

Do montante global aprovado, com 90% afeto à magistratura judicial de 1.^a Instância, 154.529.515 € correspondem à Fonte de Financiamento (FF) 311 – “*Receitas de impostos não afetadas a projetos co-financiados*”, encontrando-se o remanescente repartido pelas fontes de financiamento que se evidenciam na figura infra, onde se apresenta também a sua comparação relativamente ao exercício de 2020:

QUADRO I

Dotação Inicial em 2020 e 2021

Unidade: €

Fonte de Financiamento	2020	2021
FF 311	152 855 952	154 529 515
FF 357	20 689	28 769
FF 482	22 521	85 853
FF 513	200 000	150 000
FF 540	10 000	10 000
Total	153 109 162	154 804 137

Para além do aumento das dotações iniciais de receitas de impostos, pode ainda referir-se o seguinte:

- ✓ Verifica-se uma diminuição das receitas próprias (FF 513), na medida em que se procurou aproximar a previsão inicial aos montantes efetivamente cobrados nos dois últimos anos;
- ✓ As verbas relativas ao desenvolvimento de projetos com participação comunitária aumentaram (FF 482 e FF 357), essencialmente por via das verbas afetadas ao projeto—



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

JudiNet PT — JUST-AG-2020 / JUST-JCOO-AG-2020 - *‘Strengthening the national judicial network that supports the activities of EJM Civil in Portugal’*.

- ✓ As transferências provenientes do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ) mantiveram-se em montante equivalente ao de 2020 (10.000 €).

A dotação corrigida no final de 2021 apresenta um valor global de 154.863.499 €, não existindo valores cativos, o que posiciona as dotações disponíveis no mesmo montante das dotações corrigidas.

Ao nível da redução das cativações legalmente determinadas importa referir que:

- ✓ Atenta a insuficiência das verbas disponíveis para fazer face a todos os compromissos e pagamentos exigíveis, o CSM foi obrigado a solicitar a utilização de verbas inicialmente cativas no seu orçamento, tendo sido autorizada a descativação de um total de 3.970.000 €, nos seguintes termos:
 - 3.909.630 € para reforço das despesas com pessoal, em particular da rubrica 01.01.01.A0.00 – *“Titulares de órgãos de soberania”*, com contrapartida maioritária na reserva. A primeira autorização, contemplada no despacho de S. Exa a Secretária de Estado do Orçamento, de 8 de setembro, envolveu o montante de 3.516.392 €, seguindo-se nova autorização em 7 de dezembro no valor de 393.238€;
 - 60.370 €, para reforço do agrupamento 02 *“Aquisição de bens e serviços”*, rubrica 02.02.04.C0.00 – *“Locação de edifícios – Outros”*, com data de autorização de 7 de dezembro de 2021.
- ✓ Os montantes cativos foram ainda reduzidos por via dos despachos da Sra. Secretária de Estado do Orçamento, de 30 de dezembro de 2021, sem que o CSM tivesse desencadeado ou solicitado qualquer processo de descativação além dos anteriormente referidos. Estes despachos envolveram a totalidade das verbas que ainda se encontravam cativas (846.589 €).

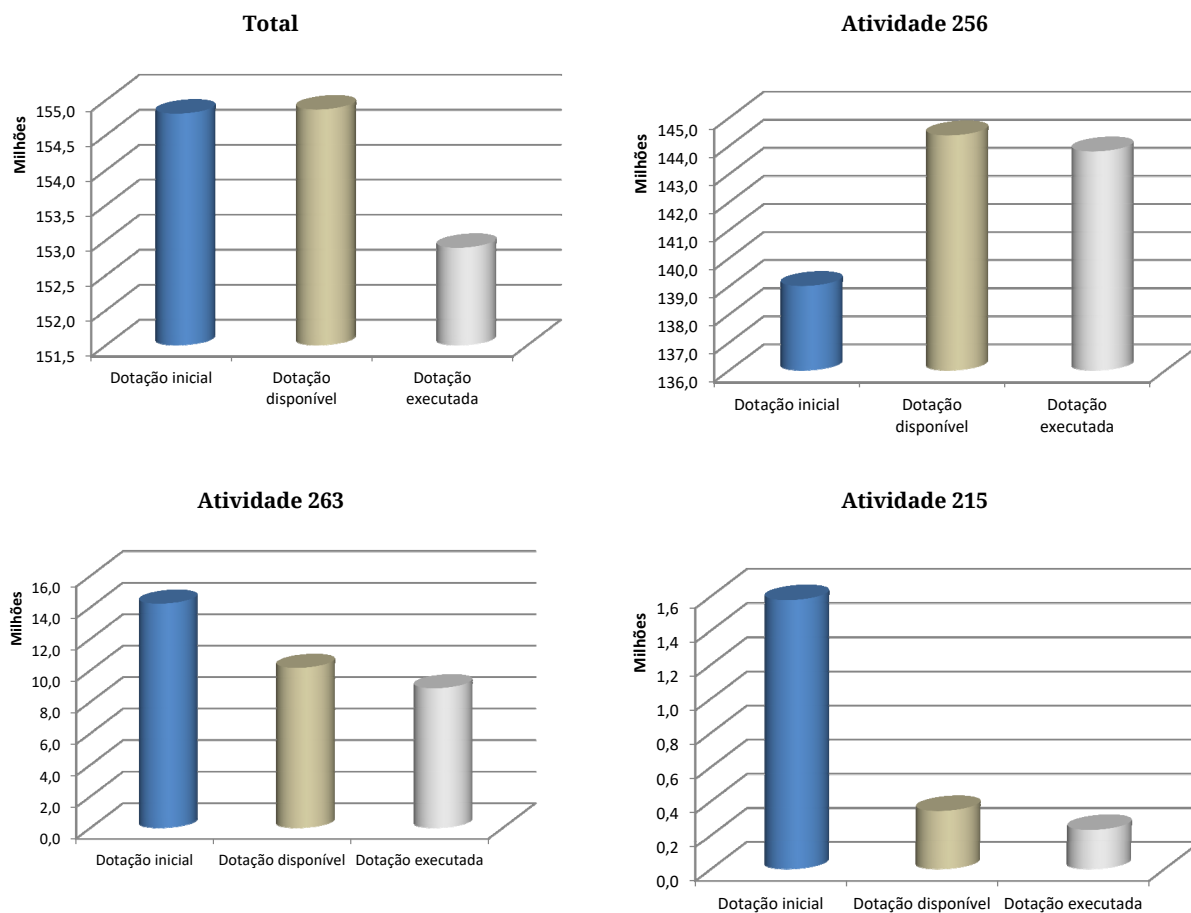


CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

A **Figura I** permite comparar a dotação inicial face à disponível, bem como visualizar a dotação executada em 2021, incluindo a sua desagregação por atividade.

FIGURA I

Execução Orçamental 2021



A leitura dos gráficos apresentados permite visualizar o reforço significativo das dotações disponíveis face às iniciais no âmbito da atividade 256 - magistratura judicial de 1.^a instância, o que ocorreu por via dos pedidos de descativação efetuados por este Conselho. Permite igualmente observar que a execução orçamental nas diversas atividades se aproximou das dotações disponíveis, embora no total essa diferença seja ampliada por via dos anteditos despachos de 30 de dezembro de 2021.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

1.2. Análise da Despesa

A taxa de execução da despesa, tendo por referência a dotação disponível, foi de 98,73%, ascendendo o valor total executado a 152.889.887,22 €, conforme se resume no quadro seguinte:

QUADRO II

Síntese da execução orçamental

Unidade: €

Designação	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	341 608,00	144 368 648,00	10 153 243,00	154 863 499,00
Valor executado	230 862,97	143 797 872,37	8 861 151,88	152 889 887,22
Taxa de Execução	67,58%	99,60%	87,27%	98,73%

Com a transição do orçamento da magistratura judicial para o CSM, o agrupamento económico “Despesas com o pessoal” passou a assumir ainda maior relevância, representando mais de 98,7 % do total do valor executado em 2021.

a) Despesas com o pessoal

As despesas com pessoal foram suportadas maioritariamente pela FF 311, tendo os montantes despendidos totalizado os 150.841.300,48 €. Comparativamente a 2020, esta execução reflete um aumento de 1,26%, conforme apresentado de seguida:

QUADRO III

Despesas com pessoal - Execução Orçamental 2021

Unidade: €

Agrupamento	2020	2021	Variação	
			%	Valor
Remunerações certas e permanentes	120 147 698,84	121 673 845,70	1,27%	1 526 146,86
Abonos variáveis ou eventuais	1 635 041,82	1 797 262,72	9,92%	162 220,90
Segurança social	27 175 962,77	27 370 192,06	0,71%	194 229,29
TOTAL	148 958 703,43	150 841 300,48	1,26%	1 882 597,05

Para o referido aumento contribuiu, em grande medida, a evolução registada ao nível do agrupamento das remunerações certas e permanentes, refletindo essencialmente:

- ✓ A implementação do regime previsto no artigo 29.º do EMJ (“exercício de funções em acumulação”) e a entrada de novos magistrados provenientes do Centro Estudos Judiciários;



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

✓ Início de funções, durante o segundo semestre de 2021, de um total de 24 técnicos superiores para constituição dos gabinetes de apoio aos Tribunais de Comarca, conforme previsto na Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto.

No âmbito dos “*Abonos variáveis ou eventuais*” destaca-se o incremento da rubrica “*Indemnizações por cessação de funções*”, com cerca de 110.000 € a mais comparativamente ao ano anterior.

Desagregando a informação por atividade, verifica-se que o crescimento foi extensivo às duas atividades com execução orçamental em ambos os exercícios, embora mais acentuado em termos relativos no âmbito da atividade 263, que reflete o funcionamento do CSM:

QUADRO IV

Despesas com pessoal - Execução Orçamental 2021 – Atividade 215

Unidade: €

Agrupamento	2020	2021	Variação	
			%	Valor
Remunerações certas e permanentes	0,00	196 512,92	100,00%	196 512,92
Abonos variáveis ou eventuais	0,00	38,90	100,00%	38,90
Segurança social	0,00	34 108,84	100,00%	34 108,84
TOTAL	0,00	230 660,66	100,00%	230 660,66

QUADRO V

Despesas com pessoal - Execução Orçamental 2021 – Atividade 256

Unidade: €

Agrupamento	2020	2021	Variação	
			%	Valor
Remunerações certas e permanentes	114 642 381,26	115 830 000,28	1,04%	1 187 619,02
Abonos variáveis ou eventuais	1 515 752,45	1 681 249,84	10,92%	165 497,39
Segurança social	25 885 090,55	26 012 945,10	0,49%	127 854,55
TOTAL	142 043 224,26	143 524 195,22	1,04%	1 480 970,96



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

QUADRO VI

Despesas com pessoal - Execução Orçamental 2021 – Atividade 263

Unidade: €

Agrupamento	2020	2021	Variação	
			%	Valor
Remunerações certas e permanentes	5 505 317,58	5 647 332,50	2,58%	142 014,92
Abonos variáveis ou eventuais	119 289,37	115 973,98	-2,78%	-3 315,39
Segurança social	1 290 872,22	1 323 138,12	2,50%	32 265,90
TOTAL	6 915 479,17	7 086 444,60	2,47%	170 965,43

b) Aquisição de bens e serviços

A taxa de execução do agrupamento de classificação económica “Aquisição de bens e serviços” foi inferior à taxa global, ascendendo a 57,83%. Os montantes executados neste agrupamento totalizaram os 1.755.668,92 €, conforme apresentado de seguida:

QUADRO VII

Aquisições de bens e serviços - Execução Orçamental 2021

Unidade: €

Aquisição de bens e serviços	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	3 000,00	617 527,00	2 415 206,00	3 035 733,00
Valor executado	202,31	273 677,15	1 481 789,46	1 755 668,92
Taxa de Execução	6,74%	44,32%	61,35%	57,83%

A taxa de execução, sendo aferida por referência à dotação disponível, encontra-se naturalmente influenciada pelo montante de 846.589 €, que foi objeto de descativação por despachos da Sra. Secretária de Estado do Orçamento, de 30 de dezembro de 2021, sem que tal tenha sido solicitado pelo CSM. Esta verba acresceu assim à dotação disponível do orçamento do CSM, apesar da sua aplicação em despesa ser desde logo impraticável, atenta a data de autorização da sua descativação.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Relativamente ao valor executado, apresentam-se no quadro seguinte as aquisições de bens e serviços com maior peso no âmbito do orçamento do CSM, juntamente com a sua comparação face a 2020:

QUADRO VIII

Desagregação das aquisições de bens e serviços - Execução Orçamental 2021

Unidade: €

Aquisições de bens e serviços	2020	2021	Est. 2021	Variação	
				%	Valor
Locação de edifícios	653 744,08	677 482,00	38,59%	3,63%	23 737,92
Transportes	108 019,52	107 728,22	6,14%	-0,27%	-291,30
Deslocações e estadas	360 657,48	401 316,43	22,86%	11,27%	40 658,95
Encargos das instalações	63 466,60	82 318,91	4,69%	29,70%	18 852,31
Vigilância e segurança	87 839,96	89 802,65	5,12%	2,23%	1 962,69
Locação de material de informática - Software	99 843,93	91 451,38	5,21%	-8,41%	-8 392,55
Restantes rubricas	209 379,30	305 569,33	17,40%	45,94%	96 190,03
TOTAL	1 582 950,87	1 755 668,92	100,00%	10,91%	172 718,05

Em termos globais, ao nível da aquisição de bens e serviços, verifica-se um aumento de aproximadamente 11% dos montantes despendidos. Para este aumento contribuíram, principalmente, as rubricas:

- ✓ “*Deslocações e estadas*”, evidenciando alguma retoma da normal atividade do CSM face à situação pandémica provocada pela COVID-19 e que teve maior impacto em 2020, incluindo, designadamente, a realização da Assembleia Plenária - XX Cumbre Judicial Iberoamericana – no Panamá;
- ✓ “*Locação de edifícios*”, contabilizando os pagamentos decorrentes do contrato de arrendamento das instalações sede deste Conselho e refletindo as atualizações e acréscimos previstos contratualmente;
- ✓ “*Encargos das instalações*”, espelhando o aumento registado em 2021 no preço da eletricidade.

Em rubricas de menor peso, comparativamente a 2020, também se observaram crescimentos expressivos ao nível da “*Formação*”, “*Outros trabalhos especializados*” e “*Seminários, exposições e similares*”.

No que respeita à “*Formação*” e “*Seminários, exposições e similares*”, tal evolução reflete o menor impacto, em 2021, da situação pandémica provocada pela COVID-19, verificando-se uma



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

maior oferta de ações de formação (incluindo *online*) e a possibilidade de realização de pequenos congressos em regime presencial.

Ao nível dos “*Outros trabalhos especializados*” o aumento registado decorre maioritariamente da execução do projeto — JudiNet PT — JUST-AG-2020 / JUST-JCOO-AG-2020, com a aplicação de fundos comunitários na aquisição de serviços de tradução, conforme aprovado para o desenvolvimento do mesmo.

c) Transferências correntes

O CSM, na qualidade de membro da Rede Europeia de Conselhos de Justiça (RECJ)¹, está obrigado a proceder ao pagamento de uma quota anual, a qual está fixada em 4.750 €, tendo sido pagas em 2021 as quotas anuais do próprio ano e de 2022, totalizando os 9.500 €.

d) Outras despesas correntes

Neste agrupamento económico houve a necessidade de inscrever e dotar a rubrica de classificação económica “*Outras despesas correntes – Custas Judiciais*”, como consequência de taxas de justiça e custas judiciais que o CSM teve de suportar, em sede de recurso no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), diretamente relacionadas com ações judiciais intentadas contra decisões do Plenário desta Instituição, que implicaram o pagamento de cerca de 18 m€ em 2021.

e) Aquisição de bens de capital

Em termos globais, as aquisições de bens de capital em 2021 mostram um ligeiro acréscimo relativamente a 2020, com uma taxa de variação de 13%.

A desagregação deste agrupamento por rubrica de classificação económica consta do quadro seguinte:

¹ A RECJ estabeleceu-se formalmente no ano de 2004 e é formada por instituições nacionais dos Estados-Membros da União Europeia que são independentes do poder executivo e do poder legislativo, e cuja função é apoiar os membros dos Conselhos de Justiça na sua função de administrar a Justiça de forma independente.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

QUADRO IX

Aquisições de Capital – Execução Orçamental (2020-2021)

Unidade: €

Aquisições de capital	2021	2020	Variação	
			%	Valor
Equipamento de informática - Hardware	6 148,77	0	100,00%	6 148,77
Equipamento de informática - Outros	175 351,18	156 329,27	12,17%	19 021,91
Software informático	80 699,69	62 285,35	29,56%	18 414,34
Equipamento administrativo - Hardware de Comunicações	806,08	6 042,18	-86,66%	-5 236,10
Equipamento administrativo - Outros	1 720,95	8 446,44	-79,63%	-6 725,49
Equipamento básico	0,00	520,54	-100,00%	-520,54
TOTAL	264 726,67	233 623,78	13,31%	31 102,89

Com maior peso, destacam-se em 2021 os investimentos efetuados em “*Equipamento de informática – Outros*”, integrando:

- ✓ A aquisição de uma solução de *backup* (65.289,21 €), atento o volume, criticidade e importância dos dados que circulam nos servidores e por forma a dotar o CSM de uma solução robusta, fiável e fidedigna;
- ✓ A aquisição de uma solução hiper-convergente, definida por *software* (92.118,21 €);
- ✓ A aquisição de portáteis, computadores pessoais fixos e outros equipamentos (v.g. ratos e teclados), por forma a dotar os colaboradores do CSM de ferramentas necessárias ao teletrabalho e a adaptar a infraestrutura tecnológica existente às novas exigências.

Em 2021, mantiveram-se também investimentos relacionados com o desenvolvimento e atualização da aplicação informática IUDEX, destinada a suportar o processo de gestão e movimentação dos magistrados judiciais e da respetiva tramitação eletrónica, refletidos fundamentalmente na rubrica 07.01.08.B0.B0 – “*Software informático*”.



S. R.

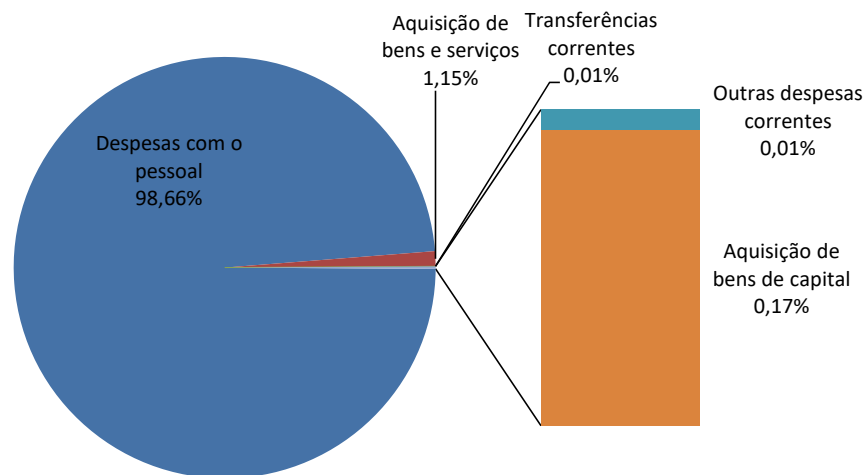
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

1.3. Indicadores de Gestão Orçamental

A estrutura da despesa executada em 2021 encontra-se refletida na figura seguinte em função do respetivo agrupamento económico.

FIGURA II

Despesa executada, por agrupamento económico, em 2021



A figura anterior permite efetivamente visualizar a dimensão do agrupamento económico “Despesas com o pessoal”, o qual, como já se referiu, representou mais de 98% do total da despesa global efetiva do Conselho no ano de 2021.

Seguem-se os montantes despendidos com a aquisição de bens e serviços, onde se destacam as despesas relacionadas com “*Locação de edifícios*”, “*Deslocações e estadas*” e “*Transportes*”, que em conjunto representam perto de 70% do total deste agrupamento.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

No quadro seguinte sintetizam-se alguns indicadores de gestão orçamental relativos ao exercício de 2021:

QUADRO X

Indicadores de Gestão Orçamental – ano 2021

INDICADOR	Orçamento Corrigido	Execução 2021
PESO DAS RECEITAS PRÓPRIAS NO TOTAL DAS DESPESAS = RECEITAS PRÓPRIAS / TOTAL DAS DESPESAS	0,10%	0,07%
PESO DAS DESPESAS COM O PESSOAL NO TOTAL DAS DESPESAS = DESPESAS COM O PESSOAL / TOTAL DAS DESPESAS	97,84%	98,66%

Os elementos acima descritos foram calculados com base no **Mapa I**, em anexo ao presente relatório, que apresenta a execução orçamental do CSM no acumulado de 2021, discriminada por rubrica de classificação económica e fonte de financiamento.

2. Receita

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, constituem receitas do CSM:

- As dotações que lhe forem atribuídas pelo Orçamento do Estado;
- As transferências provenientes do IGFEJ;
- O saldo de gerência do ano anterior;
- O produto da venda de publicações editadas;

- Os emolumentos por atos praticados pela secretaria;
- Quaisquer outras receitas que lhe forem atribuídas por lei, contrato ou outro título.

Importa referir que, em Sessão Plenária Ordinária deste Conselho de 19 de outubro de 2010, foi deliberado que os montantes resultantes das multas aplicadas aos senhores magistrados judiciais, em sede de matéria disciplinar, passariam a reverter a favor do CSM, configurando receita própria.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Com a exceção das dotações atribuídas no Orçamento do Estado, todas as restantes receitas estão consignadas à realização de despesas do CSM, podendo os saldos não utilizados transitar para o ano seguinte.

2.1. Análise da Receita

O **Mapa II**, em anexo ao presente relatório, ilustra a arrecadação de receita do CSM em 2021, discriminada por rubrica de classificação económica, apresentando-se ainda no quadro seguinte a relação entre a receita arrecadada e a receita orçamentada:

QUADRO XI Orçamento de 2021 – Receita

Unidade: €

Fonte Financiamento	Receita arrecadada (1)	Receita orçamentada (2)	Execução (1)/(2)
FF 311	152 972 044,57	154 529 515,00	98,99%
FF 357	1 000,00	28 769,00	3,48%
FF 368	46 648,00	0,00	0,00%
FF 482	10 567,62	85 853,00	12,31%
FF 488	144 297,80	0,00	0,00%
FF 513	101 410,79	150 000,00	67,61%
FF 522	393 271,37	0,00	0,00%
FF 541	7 750,00	10 000,00	77,50%
Total	153 676 990,15	154 804 137,00	99,27%

FF 311 - RECEITAS GERAIS NÃO AFECTAS A PROJECTOS CO-FINANCIADOS

As transferências de verbas provenientes de Encargos Gerais do Estado decorreram de acordo com o solicitado pelo CSM e em conformidade com as descativações autorizadas, ascendendo a 152.972.044,57 €, ou seja, a 99% do valor orçamentado.

FF 513 – RECEITA PRÓPRIA DO ANO

Observando o quadro anterior é possível verificar que, em 2021, o CSM arrecadou a quantia de 101.410,79 € de receita própria.

A receita arrecadada na FF 513 foi ligeiramente inferior à prevista no orçamento inicial (150.000 €), destacando-se os montantes registados nas rubricas “Reposições não abatidas aos



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

pagamentos - RNAP” e “*Outras receitas correntes*”. Esta circunstância ficou a dever-se, essencialmente:

- ✓ Nas RNAP's (52.587,26 € em 2021 e 41.183,98 € em 2020), registando-se uma ligeira subida dos montantes associados a reposições efetuadas por parte dos senhores magistrados judiciais relativas a valores auferidos em anos anteriores;
- ✓ Em outras receitas correntes (46.929,22 € em 2021 e 25.023,27 € em 2020), com o aumento dos valores recebidos a título de subsídio social de mobilidade², no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, efetuados pelo senhores magistrados judiciais residentes ou a desempenharem funções nas citadas Regiões Autónomas.

De referir, ainda, a execução registada na rubrica 04.02.99.99.01, onde são refletidas as multas aplicadas a magistrados judiciais decorrentes de processos disciplinares internos, que se situou nos 1.864,97 €, embora registando um decréscimo de cerca de 84% relativamente aos valores cobrados no ano de 2020.

FF 522 – SALDOS DE RP TRANSITADOS

O valor inscrito na FF 522 corresponde aos saldos de receitas próprias apurados na execução orçamental de 2020 que transitaram para 2021, e que se encontravam desagregados por fonte de financiamento, conforme consta no **Quadro XII**:

QUADRO XII

Saldos de receitas próprias transitados

Unidade: €

Fonte de Financiamento	Designação	Valor
513	Receita própria (RP)	60 423,36
522	Transferência de RP entre organismos	326 193,60
540	Saldos de RP transitados	6 654,41
TOTAL		393 271,37

² Regulamentado pelo Decreto n.º 41/2015, de 24 de Março, pela Portaria n.º 95-A/2015, de 27 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de Junho.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

FF 488 – SALDOS DE FUNDOS EUROPEUS E FF 368 – SALDOS DE RECEITAS PRÓPRIAS AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS

Na FF 488, respeitante aos saldos transitados de fundos europeus, foram integradas as seguintes verbas:

- ✓ 42.336,88 €, no âmbito do *Grant Agreement under the Connecting Europe Facility (CEF) – Telecommunications Sector* (INEA/CEF/ICT/A2016/1292822), para financiamento da ação intitulada “*ECLIP.T: Sharing portuguese case law in e-justice portal*”. O montante de 41.290,00 € foi recebido pelo CSM em 11/12/2017 e os remanescentes 1.046,88 € em 11/08/2020, tendo transitado a totalidade em saldo. Nesta mesma data, foram recebidos ainda 37.061,29 € que foram transferidos para o parceiro responsável pela execução do projeto.
- ✓ 17.773,28 €, relativos ao *Grant Agreement* assinado em 2016 com a Comissão Europeia, envolvendo o projecto “*ECLIP.T – Project: 721322 – Call: JUST-2015-JACC-AG-1*”, no qual o CSM participou como coordenador, em parceria com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ, I.P.), este último na qualidade de beneficiário. Esta verba foi recebida em 29/01/2019, respeitando ao acerto final efetuado pela Comissão Europeia após conclusão do antedito projeto e envolveu ainda a receção de 18.233,04 € que foram transferidos para o IGFEJ, tendo em conta o apuramento das despesas executadas.
- ✓ 21.989,20 €, relacionados com o *Grant Agreement under the Connecting Europe Facility (CEF) – Telecommunications Sector* (INEA/CEF/ICT/A2016/1295773), para desenvolvimento do projeto intitulado “*e-CODEX-PLUS*”, assinado em 12/04/2017.

O montante de 19.260,00 € foi recebido pelo CSM em 28/12/2017 e o valor de 2.729,20 € em 25/03/2020.
- ✓ 2.836,47 €, no âmbito do programa comunitário JUST-AG-2018/JUST-JCOO-EJN-AG-2018, com ação intitulada “*Capacity building and research activities for judges and legal practitioners — CB and RA - PT*”.
- ✓ 59.361,97 €, relativos ao adiantamento aprovado no contexto do projeto JudiNet PT — JUST-AG-2020 / JUST-JCOO-AG-2020 - “*Strengthening the national judicial network*”



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

that supports the activities of EJM Civil in Portugal”, cujo contrato foi celebrado em 03/12/2020 e o respetivo montante rececionado em 11/12/2020.

FF 368 – SALDOS DE RP AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS

A FF 368 integra o montante de 46.648,00 € recebido em 2016 para suporte da comparticipação nacional do projeto *“Court Management – old problems new solutions for caseload management”* que transitou em saldo.

FF 482 – FUNDOS COMUNITÁRIOS - OUTROS

Na FF 482 encontram-se refletidos os montantes relativos ao acerto final recebido no âmbito do programa comunitário JUST-AG-2018/JUST-JCOO-EJM-AG-2018, com ação intitulada *“Capacity building and research activities for judges and legal practitioners — CB and RA - PT”*. Este montante foi recebido em 26/03/2021 e totaliza os 10.567,62 €.

FF 541 – TRANSFERÊNCIAS DO IGFEJ

As verbas provenientes do IGFEJ totalizaram o montante de 7.750,00 €, destinando-se a financiar despesas relativas ao Ponto de Contato Português da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial, ao abrigo de protocolo celebrado entre o CSM e o MJ, funcionando esta estrutura junto do CSM e podendo o MJ participar no financiamento das respetivas despesas.

FF 357 - RECEITAS DE IMPOSTOS AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS – OUTROS

Os valores recebidos na FF 357 refletem as importâncias destinadas à componente do financiamento nacional do projeto JudiNet PT — JUST-AG-2020 / JUST-JCOO-AG-2020, em associação à respetiva execução no decurso de 2021 (foi recebido o montante de 1.000 € e executada despesa de 125,31 €).



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

IV. Meios Humanos

Nos termos da Lei, o mapa de pessoal do CSM, a vigorar em 2021, foi aprovado em conjunto com o respetivo orçamento anual e prevê os cargos e categorias enquadrados na Lei Orgânica do CSM.

Para além dos postos de trabalho pertencentes à carreira geral, designadamente, carreira técnica superior, assistente técnico, assistente operacional e à carreira especial (não revista) de informática, designadamente, categoria de especialista e técnico de informática, o Conselho conta com a colaboração de 32 oficiais de justiça, que exercem funções em regime de comissão de serviço, sendo que um dos oficiais de justiça exerce funções de secretária pessoal do Senhor Vice-Presidente do CSM.

Junto do CSM funcionam, também, os serviços de inspeção constituídos por dezoito inspetores judiciais e dezanove secretários de inspeção³, encontrando-se, assim, por preencher dois postos de trabalho para as funções de inspetor judicial e um para as funções de secretário de inspeção, à data de 31 de dezembro de 2021.

Entradas e saídas no CSM

A 31 de dezembro de 2021, regista-se o aumento de um posto de trabalho ocupado relativamente ao período homólogo de 2020, o qual resulta do cômputo geral das entradas e saídas, sendo de destacar:

- ✓ Entrada de três técnicos superiores, nos 1.º e 4.º trimestres de 2021, sendo dois técnicos para o exercício de funções no Ponto de Contacto Português da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial e um afeto ao GAVPM, na sequência de recrutamento interno por via de procedimento concursal;
- ✓ Nomeação, em comissão de serviço, de cinco inspetores judiciais, verificando-se, em sentido oposto, a cessação, da comissão de serviço, de sete inspetores judiciais;
- ✓ Nomeação, em comissão de serviço, de dois secretários de inspeção, verificando-se, em sentido oposto, a cessação, da comissão de serviço, de três secretários de inspeção;

³ Nos termos do artigo 160.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais/EMJ.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

- ✓ Nomeação, em comissão de serviço, de quatro oficiais de justiça, sendo que dois deles se encontram afetos à DSQMJ, um afeto aos serviços de apoio ao GAVPM e outro exerce funções no Ponto de Contato Português da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial;
- ✓ Cessação de funções de dois técnicos superiores, afetos ao GCRIEP, um na sequência de processo de mobilidade interna e outro no âmbito da cessação de comissão de serviço como assessora;
- ✓ Cessação da comissão de serviços de três oficiais de justiça afetos ao GAVPM, aos serviços de apoio e à DSQMJ.

O **Quadro XIII** permite observar o mapa de pessoal do CSM de janeiro a dezembro de 2021, por grupo de pessoal.

QUADRO XIII

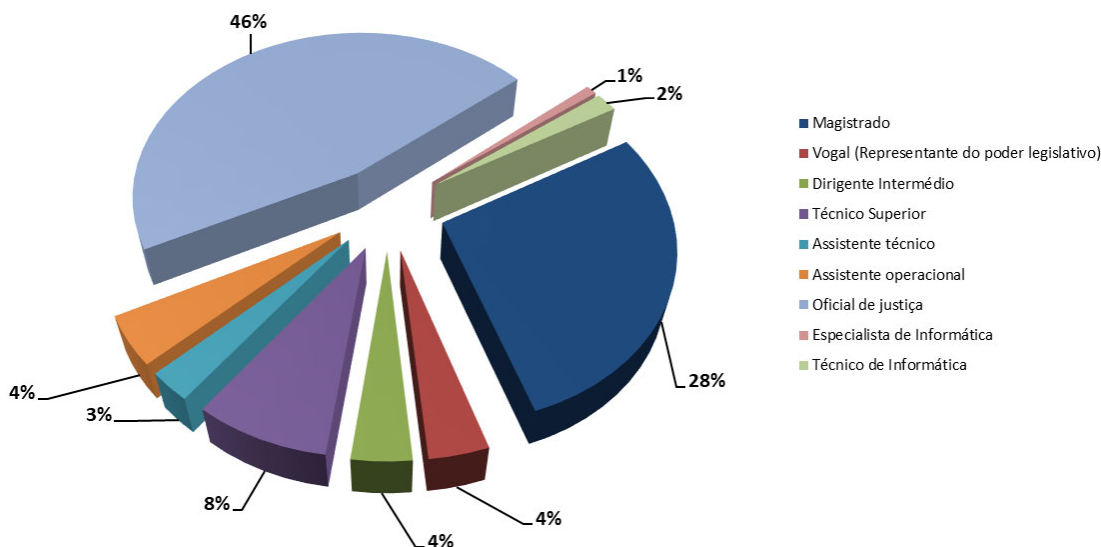
Mapa de Pessoal do CSM

GRUPO DE PESSOAL	Postos de trabalho ocupados				
	1/jan/2021	31/mar/2021	30/jun/2021	30/set/2021	31/dez/2021
Magistrado	34	31	31	32	31
Vogal (Representante do poder legislativo)	2	4	4	4	4
Dirigente Intermédio	4	4	4	4	4
Técnico Superior	8	9	9	8	9
Assistente técnico	3	3	3	3	3
Assistente operacional	5	5	5	5	5
Oficial de justiça	52	51	52	50	51
Especialista de Informática	1	1	1	1	1
Técnico de Informática	2	2	2	2	2
TOTAL	111	110	111	109	110

Numa outra perspetiva, a **Figura III** permite visualizar o peso dos diferentes grupos de pessoal existentes no Conselho, evidenciados no **Quadro XII**, a 31 de dezembro de 2021, com destaque para o universo referente aos oficiais de justiça (46%) e a magistrados (28%).



FIGURA III
Grupos de pessoal do CSM



O mapa de pessoal do CSM integra ainda o universo da magistratura judicial de 1.^a Instância, distribuído pelos 23 tribunais de comarca existentes no país, registando-se neste âmbito, um decréscimo de -1,29% a 31 de dezembro de 2021, correspondente a uma diminuição de 18 postos de trabalho, perfazendo assim um total de 1.375 postos de trabalho ocupados, em comparação ao período homólogo, em que se encontrava contabilizado um total de 1.393 magistrados judiciais.

Acrescem ainda ao mapa de pessoal do CSM os postos de trabalho destinados à constituição de gabinetes de apoio aos Tribunais de Comarca, conforme previstos na Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, sendo de referir o início de funções, a 1 de setembro e a 1 de dezembro de 2021, de vinte e quatro técnicos superiores como assessores nestes Gabinetes, na sequência de recrutamento interno por via de procedimento concursal.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Formação profissional

Com vista à elaboração do Plano Geral de Formação Anual (PGFA) de 2021, destinado aos colaboradores deste Conselho, foi enviado a todos os que exercem funções na sede do CSM um "Questionário de levantamento de necessidades de formação", tendo 29 colaboradores manifestado as suas necessidades de formação no âmbito de várias competências, nomeadamente, inovação, digitais, linguísticas, e competências transversais, englobando as seguintes áreas: auditoria interna, comunicacionais, jurídicas, contratação pública, gestão de recursos humanos, gestão documental, gestão financeira, entre outras.

No que diz respeito à formação linguística, e no âmbito da aquisição de serviços de formação profissional, foi autorizada a inscrição, no ano letivo 2020/2021, de seis colaboradores no curso de língua inglesa, três em língua italiano e em língua francesa. Foi também autorizado superiormente e como extraplano, o aprofundamento de conhecimentos em inglês e francês por parte de um magistrado, que exerce funções de vogal do CSM e por um técnico superior que exerce funções no GAVPM.

Acresce ao leque das necessidades de formação, a aquisição/consolidação de competências digitais ao nível de cursos vocacionados e especializados em determinadas áreas, nomeadamente ao nível do *JavaScript* e gestão de dados, bem como as tecnologias de informação, numa ótica de utilizador.

No ano de abrangência do presente relatório, as competências ao nível da área jurídica também evidenciam destaque, tendo em conta as constantes e recentes alterações de normas legais, no âmbito da contratação pública, do código do procedimento administrativo, das leis laborais e do regulamento geral de proteção de dados.

Importa salientar que, na sequência do estado de pandemia declarado mundialmente e o impacto causado, no decorrer do ano de 2021, a nível do território nacional a respeito da infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19), as entidades formadoras continuaram a dar primazia à formação ministrada com adoção ao regime de *E-learning*.

Assente neste propósito, acresce ainda informar que, no âmbito da formação profissional ministrada pelo Instituto Nacional de Administração, I.P. (INA) as mesmas ao longo do ano de 2021 foram sendo adiadas na sequência do número diminuto de inscrições rececionadas, levando a que algumas formações não se concretizassem.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Face ao cenário retratado, aliado ao facto de ao longo do ano de 2021 terem sido aprovadas superiormente formações como extraplano, o investimento financeiro por parte do Conselho em matéria de formação profissional ascendeu ao montante total de 33.054,03 €, distribuídos de acordo com o **Quadro II**, apresentando, assim, uma variação crescente e significativa de cerca de 88,69%, relativamente aos encargos globais de 2020 (17.517,49 €).

QUADRO XIV

Investimento em Formação Profissional

Unidade: €

Rubrica Económica	Designação	Despesa Realizada
02.02.15.A0.00	Formação – TIC	12.843,08
02.02.15.B0.00	Formação - Outras	20.210,95
Total		33.054,03



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

V. CONCLUSÕES

As disponibilidades orçamentais, após aplicação das cativações legais, revelaram-se manifestamente insuficientes para fazer face às necessidades evidenciadas no CSM, tendo sido necessário recorrer a pedidos de descativação que totalizaram os 3.970.000 €, dos quais 3.909.630 € para reforço do agrupamento “*Despesas com pessoal*”.

A despesa total executada situou-se nos 152.889.887,22 €, evidenciando um ligeiro acréscimo face ao valor do ano anterior (+1,4%). Esta situação foi influenciada maioritariamente pela evolução dos encargos com o pessoal, que correspondem a mais de 98% do total executado e onde, por sua vez, se salientam os montantes despendidos na atividade relativa à magistratura judicial, cujos pagamentos totalizaram 143.524.195,22 €.

Ao nível da aquisição de bens e serviços, verificou-se, igualmente, uma subida que ascendeu a aproximadamente 10% dos montantes despendidos, justificada fundamentalmente pela situação pandémica provocada pela COVID-19 e seu menor impacto no normal funcionamento do CSM quando comparado com 2020 (mais evidente nas rubricas “*Transportes*” e “*Deslocações e estadas*”). Os montantes executados ficaram ainda assim aquém dos valores registados em 2019 (-9%).

Nos últimos anos, a dependência face às dotações de receitas de impostos tem vindo a obrigar, de forma recorrente, à solicitação de pedidos de reforço das dotações disponíveis, nomeadamente através da descativação de verbas, atenta a rigidez das rubricas de despesa com maior peso na estrutura do orçamento do CSM e a exiguidade das restantes fontes de financiamento.

Conselho Superior da Magistratura,

Pelo Conselho Administrativo,

O Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

(Juiz Conselheiro José António de Sousa Lameira)



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

VI. ANEXOS

Mapa 1 – Execução do Orçamento de Despesa de 2021

Mapa 2 – Arrecadação de Receita em 2021

Mapa 3 – Quadro de Pessoal

Mapa 4 – Execução do Orçamento de Despesa de 2020

Conselho Superior da Magistratura

Mapa II Orçamento de funcionamento - Receita Execução orçamental - 4.º Trimestre 2021

(Unidade: Euro)

Rubrica	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais	Previsão Corrigida	Receita cobrada2021	Execução %
311 - Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados					
06.03.01.12.05 - Transferências correntes - Administração Central	154 177 815,00	0,00	154 177 815,00	152 705 909,57	99,05%
10.03.01.12.05 - Transferências capital - Administração Central	351 700,00	0,00	351 700,00	266 135,00	75,67%
Total	154 529 515,00	0,00	154 529 515,00	152 972 044,57	98,99%
313 - Saldos de Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados					
16.01.01.01.01 - Saldo da gerência anterior	0,00	189 096,00	189 096,00	0,00	0,00%
Total	0,00	189 096,00	189 096,00	0,00	0,00%
357 - Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros					
06.03.01.12.05 - Transferências correntes - Administração Central	28 769,00	0,00	28 769,00	1 000,00	3,48%
Total	28 769,00	0,00	28 769,00	1 000,00	3,48%
358 - Saldos de Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros					
16.01.01.01.01 - Saldo da gerência anterior	0,00	6 259,00	6 259,00	0,00	0,00%
Total	0,00	6 259,00	6 259,00	0,00	0,00%
368 - Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados					
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	46 648,00	46 648,00	46 648,00	100,00%
Total	0,00	46 648,00	46 648,00	46 648,00	100,00%
482 - Fundos comunitários - Outros					
06.09.01.05.78 - TRF correntes- União Europeia	85 853,00	0,00	85 853,00	10 567,62	12,31%
Total	85 853,00	0,00	85 853,00	10 567,62	12,31%
488 - Saldos de Fundos Europeus					
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	144 298,00	144 298,00	144 297,80	100,00%
Total	0,00	144 298,00	144 298,00	144 297,80	100,00%
513 - Receita própria do ano					
04.02.99.99.78 - Org. dos encargos gerais do Estado	20 000,00	0,00	20 000,00	1 864,97	9,32%
07.02.99.03.78 - Serviços prestados a terceiros	250,00	0,00	250,00	29,34	11,74%
08.01.99.99.78 - Outras receitas correntes - Outras	50 000,00	0,00	50 000,00	46 929,22	93,86%
15.01.01.01.01 - Reposições não abatidas aos pagamentos	79 750,00	0,00	79 750,00	52 587,26	65,94%
Total	150 000,00	0,00	150 000,00	101 410,79	67,61%
522 - Saldos de RP transitados - Com outras origens					
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	393 272,00	393 272,00	393 271,37	100,00%
Total	0,00	393 272,00	393 272,00	393 271,37	100,00%
541 - Transferência de RP entre organismos					
06.03.07.01.78 - TRF correntes- Administração Central - IGFEJ, I.P.	10 000,00	0,00	10 000,00	7 750,00	77,50%
Total	10 000,00	0,00	10 000,00	7 750,00	77,50%
TOTAL GLOBAL	154 804 137,00	779 573,00	155 583 710,00	153 676 990,15	98,77%

Conselho Superior da Magistratura

Mapa III

Mapa de Pessoal -4.º Trimestre de 2021

GRUPO DE PESSOAL	Postos de trabalho ocupados				
	1/jan/2021	31/mar/2021	30/jun/2021	30/set/2021	31/dez/2021
Magistrado	34	31	31	32	31
Vogal (Representante do poder legislativo)	2	4	4	4	4
Dirigente Intermédio	4	4	4	4	4
Técnico Superior	8	9	9	8	9
Assistente técnico	3	3	3	3	3
Assistente operacional	5	5	5	5	5
Oficial de justiça	52	51	52	50	51
Especialista de Informática	1	1	1	1	1
Técnico de Informática	2	2	2	2	2
TOTAL	111	110	111	109	110



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.º trimestre de 2021



**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**
DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Índice

ÍNDICE	2
I. NOTA INTRODUTÓRIA	3
II. MEIOS HUMANOS	4
III. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO 1.º TRIMESTRE DE 2021	5
1. DESPESA	5
2. RECEITA.....	11
IV. CONCLUSÕES	13
V. ANEXOS	14





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

I. Nota introdutória

A dotação global aprovada para o orçamento de 2021 do Conselho Superior da Magistratura (CSM) foi de 154.804.137 €, correspondendo 154.558.284 € a receitas de impostos, 150.000 € a receita própria, 10.000 € a transferências da Administração Pública e 85.853 € a Fundos Comunitários.

Comparando com o ano de 2020, a referida dotação representa um aumento de 1,1% (+1.694.975 €), em virtude essencialmente do incremento das dotações iniciais de receitas gerais, que representam cerca de 99% do total do orçamento do CSM.

O valor das cativações ascende a 4.803.754 €, situando-se assim as dotações disponíveis em 150.000.383 €, repartidas do seguinte modo:

- ✓ 138.791.116 €, no âmbito da magistratura judicial de 1.ª Instância (atividade 256);
- ✓ 9.632.966 €, relativos ao funcionamento do CSM (atividade 263);
- ✓ 1.576.301 €, afetos à constituição de gabinetes de apoio aos Tribunais de Comarca, conforme previstos na Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (atividade 215).

Tendo por base a execução orçamental do 1.º trimestre e a estimativa de execução até final do ano, há a salientar a existência de situações críticas e deficitárias no âmbito do orçamento do CSM, com particular incidência na atividade 256, referente à magistratura judicial de 1.ª instância, e no agrupamento de “*Despesas com pessoal*”, onde se prevê um défice de pelo menos 3 M€.

Efetivamente, as dotações disponíveis no âmbito do agrupamento de “*Despesas com pessoal*” situam-se na presente data na ordem dos 147,6 M€, quando o total de pagamentos efetuado em 2020 ascendeu a 149,0 M€, existindo ainda pressões relacionadas com a entrada de novos efetivos no âmbito da magistratura judicial de 1.ª Instância e com o cumprimento do previsto na Lei n.º 62/2013.

Neste contexto, o CSM poderá ter que vir a solicitar a descativação de parte das verbas que se encontram atualmente cativas no seu orçamento, especialmente para reforço da rubrica “*Titulares de órgãos de soberania*”.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

II. Meios Humanos

Considerando o universo dos colaboradores em exercício de funções no CSM, no decurso do 1.º trimestre de 2021, registou-se o acréscimo de apenas um posto de trabalho, contabilizando-se um total de 110 postos de trabalho efetivamente ocupados.

Assim, o fluxo registado deveu-se essencialmente aos seguintes movimentos:

- Início de funções de dois vogais, eleitos pela Assembleia da República, com efeitos a setembro de 2020, no exercício do cargo a tempo integral, em conformidade com o n.º 3 do artigo 148.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais (EMJ);
- Início de funções de um inspetor judicial e de um secretário de inspeção, verificando-se, no sentido oposto, a cessação da comissão de serviço de três inspetores judiciais e de dois secretários de inspeção;
- Nomeação de um técnico superior na sequência de procedimento concursal comum, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para reforço da equipa do Ponto de Contato Português da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial (PCRJECC);
- Nomeação de um oficial de justiça em comissão de serviço para exercício de funções na Direção de Serviços de Quadros e Movimentos Judiciais (DSQMJ).

O **Quadro I** permite observar o mapa de pessoal do CSM de janeiro a março do corrente ano, por grupo de pessoal.

Quadro I
Mapa de Pessoal

GRUPO DE PESSOAL	Lugares ocupados	
	31/dez/2020	31/mar/2021
Magistrado	34	32
Vogal (Representante do poder legislativo)	1	3
Dirigente Intermédio	4	4
Técnico Superior	8	9
Assistente técnico	3	3
Assistente operacional	5	5
Oficial de justiça	51	51
Especialista de Informática	1	1
Técnico de Informática	2	2
TOTAL	109	110

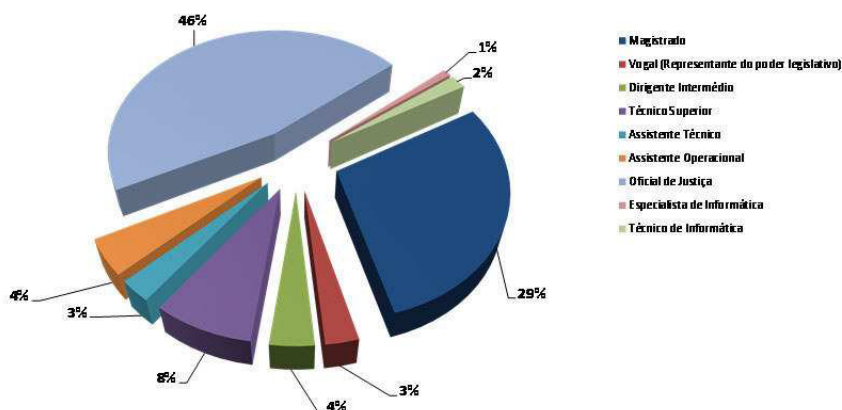


**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**
DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

O **Gráfico I** permite visualizar o peso dos diferentes grupos de pessoal, existentes no Conselho a 31 de março de 2021.

Gráfico I

Grupos de pessoal do CSM



III. Execução orçamental no 1.º trimestre de 2021

1. Despesa

A taxa de execução da despesa, tendo por referência a dotação disponível do orçamento do CSM, foi de 21,86% no 1.º trimestre de 2021, ascendendo o valor total executado a 32.791.652,90 €, conforme se resume no quadro seguinte:

Quadro II

Síntese da execução orçamental

Unid.: €

Designação	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	1 576 301,00	138 791 116,00	9 632 966,00	150 000 383,00
Valor executado	0,00	30 974 681,82	1 816 971,08	32 791 652,90
Taxa de Execução	0,00%	22,32%	18,86%	21,86%



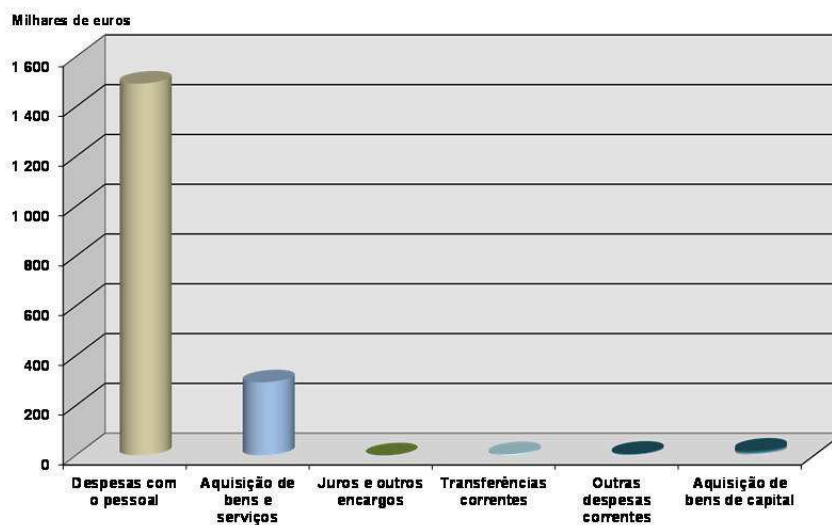
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Ao nível da atividade 263, que reflete o funcionamento do CSM, o valor executado totalizou os 1.816.971,08 €, encontrando-se a sua repartição por agrupamento económico expressa no gráfico seguinte:

Gráfico II

Estrutura da despesa executada por agrupamento económico (atividade 263)



Na atividade 256, que agrega o orçamento destinado à magistratura judicial de 1.ª Instância, o valor executado de 30.974.681,82 € respeita essencialmente ao agregado despesas com pessoal (99,88% do total), referindo-se o remanescente, no montante 35.872,41 €, a despesas registadas no agrupamento de aquisição de bens e serviços (rubricas de “Transportes” e “Deslocações e estadas”).

Em termos globais, assume especial relevo o agrupamento económico “Despesas com o pessoal” na estrutura do orçamento de despesa do CSM (98,90% do total da despesa executada), conforme pode ser confirmado através do **Quadro III**:



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Quadro III – Indicadores de Gestão Orçamental

INDICADOR	Orçamento Corrigido	Execução 1.º Trimestre
PESO DAS RECEITAS PRÓPRIAS NO TOTAL DAS DESPEASAS = RECEITAS PRÓPRIAS / TOTAL DAS DESPEASAS	0,10%	0,11%
PESO DAS DESPEASAS COM O PESSOAL NO TOTAL DAS DESPEASAS = DESPEASAS COM O PESSOAL / TOTAL DAS DESPEASAS	95,35%	98,90%

Os elementos acima descritos foram calculados com base no **Mapa I**, em anexo ao presente relatório, que apresenta a execução orçamental do CSM de janeiro a março do corrente ano, discriminada por rubrica de classificação económica e fonte de financiamento.

A coluna (7) do **Mapa I** permite-nos visualizar a taxa de execução orçamental para cada uma das rubricas, encontrando-se destacadas aquelas que apresentam um grau de execução superior a 25% da dotação disponível do orçamento.

Sendo certo que das rubricas identificadas no **Mapa I**, nem todas seguem uma tendência de execução constante, o destaque referido pode indiciar as rubricas de classificação económica com eventual maior necessidade de reforço orçamental.

A. Despesas com pessoal

Como referido atrás, as despesas com pessoal representaram 98,90% do total executado no 1.º trimestre de 2021, sendo a taxa de execução deste agrupamento de classificação económica ligeiramente superior à taxa global. Os montantes despendidos neste agrupamento totalizaram os 32.432.286,72 €, sendo a maioria respeitante à magistratura judicial, conforme apresentado de seguida:





**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**
DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Quadro IV

Síntese da execução orçamental – Despesas com pessoal

Unid.: €

Despesas com pessoal	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	1 576 301,00	138 383 319,00	7 641 092,00	147 600 712,00
Valor executado	0,00	30 938 809,41	1 493 477,31	32 432 286,72
Taxa de Execução	0,00%	22,36%	19,55%	21,97%

Neste agrupamento e tendo por base a estimativa de encargos até ao final do ano, verifica-se que as rubricas que, para já, evidenciam uma situação mais preocupante de carência orçamental são as seguintes, todas com referência à atividade 256 (magistratura judicial de 1.^a Instância):

- 01.01.01.A0 - “Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos”, com valores representativos de execução de **27,68%**;
- 01.01.01.C0 – “Acumulação de funções”, que apresenta uma taxa de execução de **39,77%**;
- 01.01.09.A0 - “Pessoal em qualquer outra situação”, que evidencia uma execução de **36,83%**, igualmente na atividade 256.

Efetivamente e considerando a totalidade das rubricas 01.01.01 e 01.01.09, estima-se um défice superior a 7,5 M€, o qual apenas parcialmente poderá ser colmatado com recurso à gestão flexível interna, face às atuais dotações disponíveis. Assim, será certamente imprescindível a autorização de montantes presentemente cativos no orçamento do CSM para suportar o pagamento dos vencimentos devidos até ao final do ano, num total que deverá ultrapassar os 3 M€.

Por outro lado, comparando a execução registada no 1.º trimestre de 2021 com os valores do período homólogo de 2020, verifica-se um aumento de 2,39% no âmbito do agrupamento de “Despesas com pessoal”.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Quadro V

Evolução despesas com pessoal (1.º trimestre de 2020/2021)

Unid.: €

Agrupamento	1.º Trim 2020	1.º Trim 2021	Variação	
			%	Valor
Remunerações certas e permanentes	25 434 363,04	26 083 325,33	2,55%	648 962,29
Abonos variáveis ou eventuais	484 196,59	439 778,36	-9,17%	-44 418,23
Segurança social	5 755 675,13	5 909 183,03	2,67%	153 507,90
TOTAL	31 674 234,76	32 432 286,72	2,39%	758 051,96

A referida alteração tem subjacente, essencialmente, a evolução assinalada na atividade correspondente à magistratura judicial de 1.ª Instância, conforme discriminado de seguida:

Quadro VI

Despesas com pessoal por atividade (1.º trimestre de 2020/2021)

Unid.: €

Act.	Exec. 1º Trim 2021	Exec. 1º Trim 2020	Variação	
			%	Valor
Act. 256	30 938 809,41	30 171 228,49	2,54%	767 580,92
Act. 263	1 493 477,31	1 503 006,27	-0,63%	-9 528,96
	32 432 286,72	31 674 234,76	2,39%	758 051,96

O crescimento observado regista-se sobretudo ao nível da rubrica “*Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos*”, incluindo o abono relativo à remuneração base, acompanhando a evolução do número de juizes envolvidos, bem como os montantes processados a título de “*acumulação de funções*”, de acordo com o previsto no artigo 29.º do EMJ.

B. Aquisição de bens e serviços

As aquisições de bens e serviços tiveram pouca expressão no valor total executado no 1.º trimestre de 2021, sendo a taxa de execução deste agrupamento de classificação económica inferior à taxa global.

Os montantes executados neste agrupamento totalizaram os 329.244,53 €, conforme apresentado de seguida:



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Quadro VII

Síntese da execução orçamental – Aquisições de bens e serviços

Unid.: €

Aquisição de bens e serviços	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	407 797,00	1 620 454,00	2 028 251,00
Valor executado	35 872,41	293 372,12	329 244,53
Taxa de Execução	8,80%	18,10%	16,23%

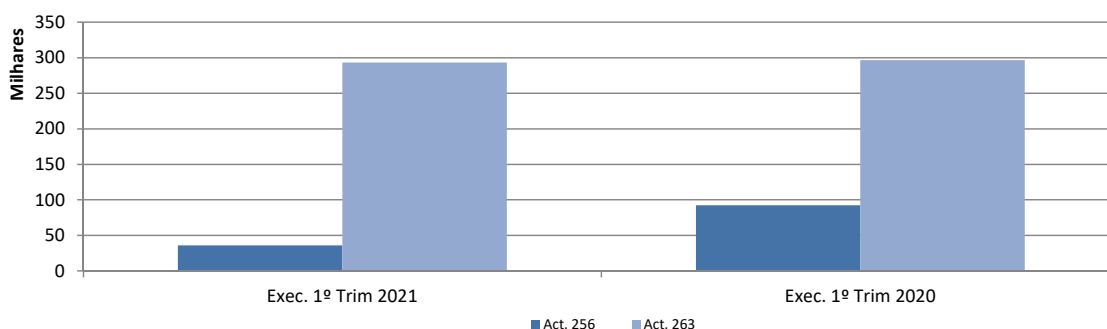
Cerca de 50% do valor executado neste âmbito respeita à rubrica de classificação económica “*Locação de edifícios*”, na atividade 263, onde se encontram refletidos os montantes suportados com o arrendamento das instalações do CSM. A mesma regista uma taxa de execução de 29,93% e, analisados os respetivos valores, verifica-se uma situação de défice equivalente ao montante necessário para o pagamento de dois meses de renda.

Ao nível das restantes rubricas com maior peso neste agrupamento, nomeadamente “*Ttransportes*” e “*Deslocações e estadas*”, acresce referir que a evolução da sua execução foi e será significativamente influenciada pela situação pandémica que se continua a vivenciar, tendo em conta que as medidas adotadas para a sua contenção se refletem no normal funcionamento do CSM e na redução das deslocações em serviço, mormente ao nível dos serviços de inspeção e dos magistrados judiciais de 1.^a Instância.

A execução registada no 1.º trimestre de 2021 reflete uma diminuição relativamente ao mesmo período de 2020 (-15%).

Gráfico III

Evolução despesas com aquisição de bens e serviços (1.º trimestre de 2020/2021)





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Esta diminuição verifica-se fundamentalmente na atividade 256 (magistratura judicial de 1.^a Instância) e está relacionada com a situação pandémica anteriormente referida e o seu menor impacto no 1.^o trimestre de 2020.

C. Aquisições de capital

As aquisições de capital apresentam no final do 1.^o trimestre uma taxa de execução de 5,37%, com pagamentos que ascendem a 18.894,65 €.

Os referidos montantes estão refletidos integralmente na rubrica “*Software informático*” e respeitam ao desenvolvimento e atualização da aplicação informática IUDEX, destinada a suportar o processo de gestão e movimentação dos magistrados judiciais e da respetiva tramitação eletrónica.

2. Receita

O **Mapa II**, em anexo ao presente relatório, ilustra a arrecadação de receita do CSM de janeiro a março, discriminada por rubrica de classificação económica.

Em termos gerais, a receita cobrada líquida ascendeu a um total de 33.069.195,93 €, correspondendo a uma taxa de execução de 21,36%, sendo representada na sua quase totalidade pela FF 311 - Receitas de impostos.

Efetivamente, as transferências de verbas provenientes de Encargos Gerais do Estado, que são contabilizadas na FF 311 - Receitas de impostos não afetas a projetos cofinanciados, totalizaram 33.024.033,50 €, representando mais de 99% do total da receita cobrada.

O CSM arrecadou ainda a quantia de 34.594,81 € de receita própria, em virtude da sua actividade, registada na FF 513 – Receita própria do ano. Neste âmbito, destacam-se as importâncias provenientes dos montantes registados a título de reposições não abatidas aos pagamentos e associados a processos de devolução de vencimentos (29.843,17 €).

O **Quadro VII** permite comparar os valores da receita orçamentada e da receita arrecadada desde o início do ano até final do mês de março.





**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**
DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Quadro VIII

Síntese da execução orçamental da Receita

Unid.: €

Fonte Financiamento	Receita arrecadada (1)	Receita orçamentada (2)	Execução (1)/(2)
FF 311	33 024 033,50	154 529 515,00	21,37%
FF 313	0,00	0,00	0,00%
FF 330	0,00	0,00	0,00%
FF 357	0,00	28 769,00	0,00%
FF 358	0,00	0,00	0,00%
FF 368	0,00	0,00	0,00%
FF 482	10 567,62	85 853,00	12,31%
FF 488	0,00	0,00	0,00%
FF 513	34 594,81	150 000,00	23,06%
FF 522	0,00	0,00	0,00%
FF 541	0,00	10 000,00	0,00%
Total	33 069 195,93	154 804 137,00	21,36%

Por fim, refere-se o montante arrecadado na FF 482, referente ao acerto final do programa comunitário JUST-AG-2018/JUST-JCOO-EJN-AG-2018, com a ação intitulada “*Capacity building and research activities for judges and legal practitioners — CB and RA - PT*”.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

IV. Conclusões

No final do 1.º trimestre de 2021, o orçamento de despesa do CSM apresenta um grau de execução global de 21,86%, sendo este indicador praticamente idêntico ao registado no período homólogo de 2020 (21,85%).

Em termos absolutos, a despesa total executada situou-se nos 32.791.652,90 €, evidenciando um ligeiro acréscimo face ao mesmo período do ano anterior (+2%). Esta situação foi influenciada essencialmente pela evolução dos encargos com o pessoal, que correspondem a mais de 98% do total executado e onde, por sua vez, se salientam os montantes despendidos na atividade relativa à magistratura judicial, cujos pagamentos totalizaram 30.938.809,41 €.

Tendo em conta a estimativa efetuada e o valor das dotações disponíveis para 2021, perspetiva-se que o CSM virá a ser obrigado a solicitar a descativação de verbas cativas no seu orçamento, mormente para reforço da rubrica “*Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos*” do agrupamento “*Despesas com o pessoal*”.

Conselho Superior da Magistratura,

Pelo Conselho Administrativo,
O Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura



**José António de
Sousa Lameira**
Vice Presidente

Assinado de forma digital por José
António de Sousa Lameira
59b94ff565fc0332de57e9e6f1bb416cf5a74077
Dados: 2021.04.19 14:24:48

(Juiz Conselheiro José António de Sousa Lameira)



Conselho Superior da Magistratura

Mapa II

Orçamento de funcionamento - Receita

Execução orçamental - 1.º Trimestre 2021

(Unidade: Euro)

Rubrica	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais	Previsão Corrigida	Receita cobrada 1.º trimestre	Execução %
311 - Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados					
06.03.01.12.05 - Transferências correntes - Administração Central	154 177 815,00	0,00	154 177 815,00	32 997 033,50	21,40%
10.03.01.12.05 - Transferências capital - Administração Central	351 700,00	0,00	351 700,00	27 000,00	7,68%
Total	154 529 515,00	0,00	154 529 515,00	33 024 033,50	21,37%
357 - Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros					
06.03.01.12.05 - Transferências correntes - Administração Central	28 769,00	0,00	28 769,00	0,00	0,00%
Total	28 769,00	0,00	28 769,00	0,00	0,00%
482 - Fundos comunitários - Outros					
06.09.01.05.78 - TRF correntes- União Europeia	85 853,00	0,00	85 853,00	10 567,62	12,31%
Total	85 853,00	0,00	85 853,00	10 567,62	12,31%
513 - Receita própria do ano					
04.02.99.99.78 - Org. dos encargos gerais do Estado	20 000,00	0,00	20 000,00	1 523,97	7,62%
07.02.99.03.78 - Serviços prestados a terceiros	250,00	0,00	250,00	14,67	5,87%
08.01.99.99.78 - Outras receitas correntes - Outras	50 000,00	0,00	50 000,00	3 213,00	6,43%
15.01.01.01.01 - Reposições não abatidas aos pagamentos	79 750,00	0,00	79 750,00	29 843,17	37,42%
Total	150 000,00	0,00	150 000,00	34 594,81	23,06%
541 - Transferência de RP entre organismos					
06.03.07.58.52 - TRF correntes- Administração Central - IGFEJ, I.P.	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00%
Total	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00%
TOTAL GLOBAL	154 804 137,00	0,00	154 804 137,00	33 069 195,93	21,36%

Conselho Superior da Magistratura

Mapa III

Mapa de Pessoal -1.º Trimestre de 2021

GRUPO DE PESSOAL	Lugares ocupados	
	31/dez/2020	31/mar/2021
Magistrado	34	32
Vogal (Representante do poder legislativo)	1	3
Dirigente Intermédio	4	4
Técnico Superior	8	9
Assistente técnico	3	3
Assistente operacional	5	5
Oficial de justiça	51	51
Especialista de Informática	1	1
Técnico de Informática	2	2
TOTAL	109	110



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.º trimestre de 2021



**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**
DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Índice

ÍNDICE	2
I. NOTA INTRODUTÓRIA	3
II. MEIOS HUMANOS	4
III. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO 2.º TRIMESTRE DE 2021	5
1. DESPESA	5
2. RECEITA.....	11
IV. CONCLUSÕES	13
V. ANEXOS	14





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

I. Nota introdutória

A dotação global aprovada para o orçamento de 2021 do Conselho Superior da Magistratura (CSM) foi de 154.804.137 €, correspondendo 154.558.284 € a receitas de impostos, 150.000 € a receita própria, 10.000 € a transferências da Administração Pública e 85.853 € a Fundos Comunitários.

Comparando com o ano de 2020, a referida dotação representa um aumento de 1,1% (+1.694.975 €), em virtude essencialmente do incremento das dotações iniciais de receitas gerais, que representam cerca de 99% do total do orçamento do CSM.

O valor das cativações ascende a 4.803.754 €, situando-se assim as dotações disponíveis em 150.000.383 €, repartidas do seguinte modo:

- ✓ 138.791.116 €, no âmbito da magistratura judicial de 1.^a Instância (atividade 256);
- ✓ 9.632.966 €, relativos ao funcionamento do CSM (atividade 263);
- ✓ 1.576.301 €, afetos à constituição de gabinetes de apoio aos Tribunais de Comarca, conforme previstos na Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (atividade 215).

Tendo por base a execução orçamental do 2.º trimestre e a estimativa de execução até final do ano, há a salientar a existência de situações críticas e deficitárias no âmbito do orçamento do CSM, com particular incidência na atividade 256, referente à magistratura judicial de 1.^a instância, e no agrupamento de “*Despesas com pessoal*”.

Neste contexto, o CSM submeteu já um pedido de descativação de 3,6 M€ para reforço das rubricas “*Titulares de órgãos de soberania*” (3,5M€ com contrapartida na reserva) e “*Locação de edifícios*”, que se encontra a aguardar autorização por parte da Senhora Secretária de Estado do Orçamento.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

II. Meios Humanos

Considerando o universo dos colaboradores em exercício de funções no CSM, no decurso do 2.º trimestre de 2021, registou-se o acréscimo de apenas um posto de trabalho, contabilizando-se um total de 111 postos de trabalho efetivamente ocupados.

Assim, o fluxo registado deveu-se essencialmente aos seguintes movimentos:

- Início de funções de um inspetor judicial e de um secretário de inspeção, verificando-se, no sentido oposto, a cessação da comissão de serviço de um inspetor judicial e de um secretário de inspeção;
- Nomeação de um oficial de justiça em comissão de serviço para o exercício de funções na Direção de Serviços de Quadros e Movimentos Judiciais (DSQMJ).

O **Quadro I** permite observar o mapa de pessoal do CSM de janeiro a junho do corrente ano, por grupo de pessoal.

Quadro I
Mapa de Pessoal

GRUPO DE PESSOAL	Lugares ocupados		
	1/jan/2021	31/mar/2021	30/jun/2021
Magistrado	34	31	31
Vogal (Representante do poder legislativo)	2	4	4
Dirigente Intermédio	4	4	4
Técnico Superior	8	9	9
Assistente técnico	3	3	3
Assistente operacional	5	5	5
Oficial de justiça	52	51	52
Especialista de Informática	1	1	1
Técnico de Informática	2	2	2
TOTAL	111	110	111



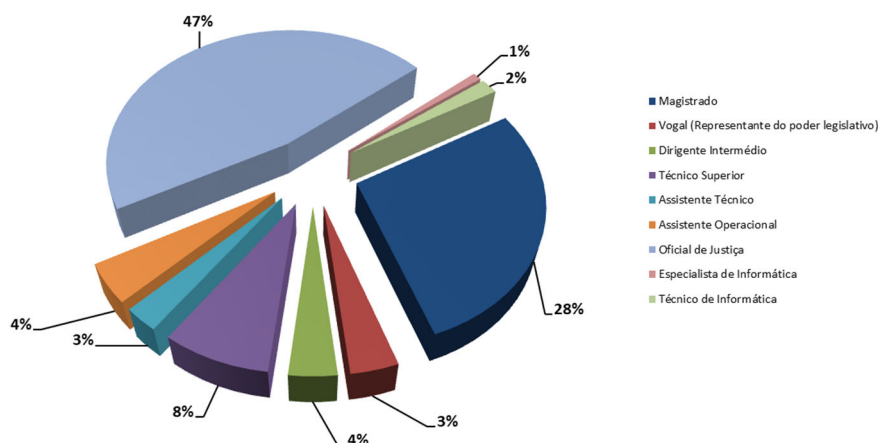
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

O **Gráfico I** permite visualizar o peso dos diferentes grupos de pessoal existentes no Conselho a 31 de junho de 2021.

Gráfico I

Grupos de pessoal do CSM



No âmbito da magistratura judicial de 1.^a Instância, a 30 de junho do corrente ano, verificava-se um decréscimo de -0,50%, correspondente a uma diminuição de 7 postos de trabalho, por comparação a 31 de março de 2021, em que se encontrava contabilizado um total de 1.388 magistrados judiciais.

III. Execução orçamental no 2.º trimestre de 2021

1. Despesa

A taxa de execução da despesa, tendo por referência a dotação disponível do orçamento do CSM, foi de 50,56% no 2.º trimestre de 2021, ascendendo o valor total executado a 75.833.908,49 €, conforme se resume no quadro seguinte:



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Quadro II

Síntese da execução orçamental

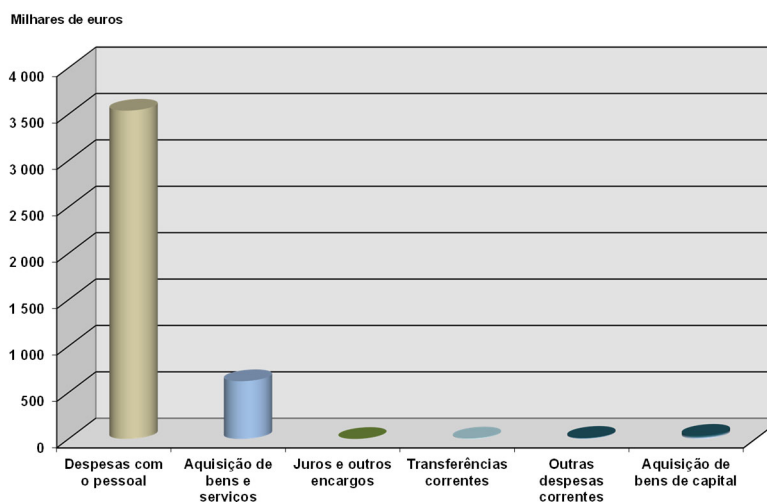
Unid.: €

Designação	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	1 576 301,00	138 791 116,00	9 632 966,00	150 000 383,00
Valor executado	0,00	71 622 455,11	4 211 453,38	75 833 908,49
Taxa de Execução	0,00%	51,60%	43,72%	50,56%

Ao nível da atividade 263, que reflete o funcionamento do CSM, o valor executado totalizou os 4.211.453,38 €, encontrando-se a sua repartição por agrupamento económico expressa no gráfico seguinte:

Gráfico II

Estrutura da despesa executada por agrupamento económico (atividade 263)



Na atividade 256, que agrega o orçamento destinado à magistratura judicial de 1.^a Instância, o valor executado de 71.622.455,11 € respeita essencialmente ao agregado despesas com pessoal (99,89% do total), referindo-se o remanescente, no montante 78.396,39 €, a despesas registadas no agrupamento de aquisição de bens e serviços (rubricas de “Transportes” e “Deslocações e estadas”).



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Em termos globais, assume especial relevo o agrupamento económico “*Despesas com o pessoal*” na estrutura do orçamento de despesa do CSM (99,01% do total da despesa executada), conforme pode ser confirmado através do **Quadro III**:

Quadro III – Indicadores de Gestão Orçamental

INDICADOR	Orçamento Corrigido	Execução 2.º Trimestre
PESO DAS RECEITAS PRÓPRIAS NO TOTAL DAS DESPESAS = RECEITAS PRÓPRIAS / TOTAL DAS DESPESAS	0,10%	0,06%
PESO DAS DESPESAS COM O PESSOAL NO TOTAL DAS DESPESAS = DESPESAS COM O PESSOAL / TOTAL DAS DESPESAS	95,35%	99,01%

Os elementos acima descritos foram calculados com base no **Mapa I**, em anexo ao presente relatório, que apresenta a execução orçamental do CSM de janeiro a junho do corrente ano, discriminada por rubrica de classificação económica e fonte de financiamento.

A coluna (8) do **Mapa I** permite-nos visualizar a taxa de execução orçamental para cada uma das rubricas, encontrando-se destacadas aquelas que apresentam um grau de execução superior a 50% da dotação disponível do orçamento.

Sendo certo que das rubricas identificadas no **Mapa I**, nem todas seguem uma tendência de execução constante, o destaque referido pode indiciar as rubricas de classificação económica com eventual maior necessidade de reforço orçamental.

A. Despesas com pessoal

Como referido atrás, as despesas com pessoal representaram 99,01% do total executado no 2.º trimestre de 2021, sendo a taxa de execução deste agrupamento de classificação económica ligeiramente superior à taxa global. Os montantes despendidos neste agrupamento



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

totalizaram os 75.082.410,73 €, sendo a maioria respeitante à magistratura judicial, conforme apresentado de seguida:

Quadro IV

Síntese da execução orçamental – Despesas com pessoal

Unid.: €

Despesas com pessoal	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	1 576 301,00	138 383 319,00	7 641 092,00	147 600 712,00
Valor executado	0,00	71 544 058,72	3 538 352,01	75 082 410,73
Taxa de Execução	0,00%	51,70%	46,31%	50,87%

Neste agrupamento e tendo por base a estimativa de encargos até ao final do ano, verifica-se que as rubricas que, para já, evidenciam uma situação mais preocupante de carência orçamental são as seguintes, todas com referência à atividade 256 (magistratura judicial de 1.ª Instância):

- 01.01.01.A0 - “Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos”, com valores representativos de execução de 55,50%;
- 01.01.01.C0 – “Acumulação de funções”, que apresenta uma taxa de execução de 79,56%;
- 01.01.09.A0 - “Pessoal em qualquer outra situação”, que evidencia uma execução de 73,71%, igualmente na atividade 256.

Efetivamente, no âmbito das despesas com pessoal, estima-se um défice próximo dos 3,5 M€, face às atuais dotações disponíveis e já após recurso à gestão flexível interna. Assim, foi solicitada a descativação de montantes presentemente cativos no orçamento do CSM para reforço deste agrupamento no valor referido.

Por outro lado, comparando a execução registada no 2.º trimestre de 2021 com os valores do período homólogo de 2020, verifica-se um aumento de 2,08% no âmbito do agrupamento de “Despesas com pessoal”.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Quadro V

Evolução despesas com pessoal (2.º trimestre de 2020/2021)

Unid.: €

Agrupamento	2.º Trim 2020	2.º Trim 2021	Variação	
			%	Valor
Remunerações certas e permanentes	59 513 892,09	60 828 077,46	2,21%	1 314 185,37
Abonos variáveis ou eventuais	863 308,93	912 529,40	5,70%	49 220,47
Segurança social	13 175 816,32	13 341 803,87	1,26%	165 987,55
TOTAL	73 553 017,34	75 082 410,73	2,08%	1 529 393,39

A referida alteração verifica-se em ambas as atividades com execução no orçamento do CSM, embora em termos absolutos com maior impacto no que concerne a atividade correspondente à magistratura judicial de 1.ª Instância, conforme discriminado de seguida:

Quadro VI

Despesas com pessoal por atividade (2.º trimestre de 2020/2021)

Unid.: €

Act.	Exec. 2º Trim 2020	Exec. 2º Trim 2021	Variação	
			%	Valor
Act. 256	70 107 493,52	71 544 058,72	2,05%	1 436 565,20
Act. 263	3 445 523,82	3 538 352,01	2,69%	92 828,19
	73 553 017,34	75 082 410,73	2,08%	1 529 393,39

O crescimento observado na atividade 256 regista-se sobretudo ao nível das rubricas “Acumulação de funções” e “Contribuições para a Segurança Social”, refletindo essencialmente a aplicação do previsto no artigo 29.º do EMJ.

B. Aquisição de bens e serviços

As aquisições de bens e serviços tiveram pouca expressão no valor total executado no 2.º trimestre de 2021, sendo a taxa de execução deste agrupamento de classificação económica inferior à taxa global.

Os montantes executados neste agrupamento totalizaram os 700.504,27 €, conforme apresentado de seguida:

Quadro VII



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Síntese da execução orçamental – Aquisições de bens e serviços

Unid.: €

Aquisição de bens e serviços	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	407 797,00	1 607 454,00	2 015 251,00
Valor executado	78 396,39	622 107,88	700 504,27
Taxa de Execução	19,22%	38,70%	34,76%

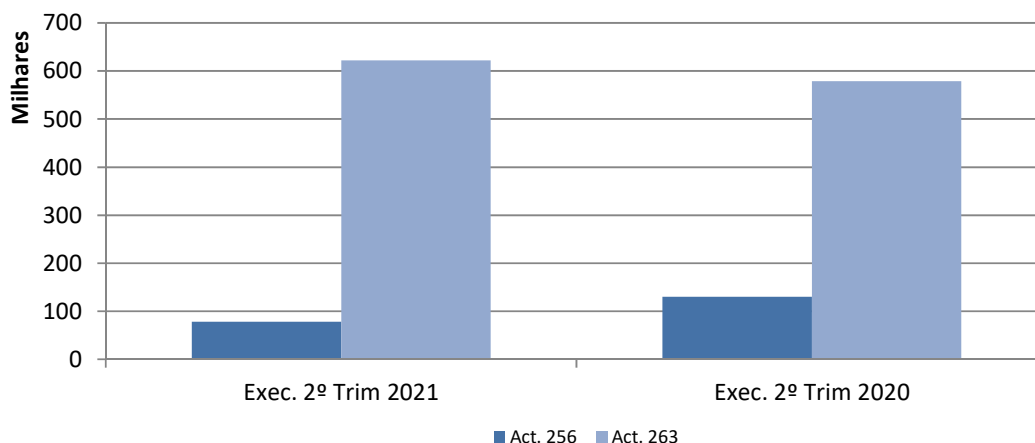
Cerca de 50% do valor executado neste âmbito respeita à rubrica de classificação económica “*Locação de edifícios*”, na atividade 263, onde se encontram refletidos os montantes suportados com o arrendamento das instalações do CSM. A mesma regista uma taxa de execução de 59,86% e, analisados os respetivos valores, verifica-se uma situação de défice equivalente ao montante necessário para o pagamento de dois meses de renda.

Ao nível das restantes rubricas com maior peso neste agrupamento, nomeadamente “*Transportes*” e “*Deslocações e estadas*”, acresce referir que a evolução da sua execução está a ser significativamente influenciada pela situação pandémica que se continua a vivenciar e seu impacto no normal funcionamento do CSM, com a redução das deslocações em serviço, mormente ao nível dos serviços de inspeção e dos magistrados judiciais de 1.ª Instância.

A execução registada no 2.º trimestre de 2021 reflete uma diminuição relativamente ao mesmo período de 2020 (-1,22%).

Gráfico III

Evolução despesas com aquisição de bens e serviços (2.º trimestre de 2020/2021)





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Esta diminuição verifica-se fundamentalmente na atividade 256 (magistratura judicial de 1.^a Instância) e está relacionada com a situação pandémica anteriormente referida e o seu menor impacto no 1.^o trimestre de 2020.

C. Aquisições de capital

As aquisições de capital apresentam no final do 2.^o trimestre uma taxa de execução de 9,71%, com pagamentos que ascendem a 34.156,49 €.

Os referidos montantes estão refletidos integralmente na rubrica “*Software informático*” e respeitam ao desenvolvimento e atualização da aplicação informática IUDEX, destinada a suportar o processo de gestão e movimentação dos magistrados judiciais e da respetiva tramitação eletrónica.

2. Receita

O **Mapa II**, em anexo ao presente relatório, ilustra a arrecadação de receita do CSM de janeiro a junho, discriminada por rubrica de classificação económica.

Em termos gerais, a receita cobrada líquida ascendeu a um total de 76.687.048,36 €, correspondendo a uma taxa de execução de 49,29%, sendo representada na sua quase totalidade pela FF 311 - Receitas de impostos.

Efetivamente, as transferências de verbas provenientes de Encargos Gerais do Estado, que são contabilizadas na FF 311 - Receitas de impostos não afetas a projetos cofinanciados, totalizaram 76.050.074,95 €, representando mais de 99% do total da receita cobrada.

O CSM arrecadou ainda a quantia de 42.188,62 € de receita própria, em virtude da sua atividade, registada na FF 513 – Receita própria do ano. Neste âmbito, destacam-se as importâncias provenientes dos montantes registados a título de reposições não abatidas aos pagamentos e associados a processos de devolução de vencimentos (34.428,73 €).



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

O **Quadro VII** permite comparar os valores da receita orçamentada e da receita arrecadada desde o início do ano até final do mês de junho.

Quadro VIII

Síntese da execução orçamental da Receita

Unid.: €

Fonte Financiamento	Receita arrecadada (1)	Receita orçamentada (2)	Execução (1)/(2)
FF 311	76 050 074,95	154 529 515,00	49,21%
FF 313	0,00	0,00	0,00%
FF 330	0,00	0,00	0,00%
FF 357	0,00	28 769,00	0,00%
FF 358	0,00	0,00	0,00%
FF 368	46 648,00	0,00	0,00%
FF 482	10 567,62	85 853,00	12,31%
FF 488	144 297,80	0,00	0,00%
FF 513	42 188,62	150 000,00	28,13%
FF 522	393 271,37	0,00	0,00%
FF 541	0,00	10 000,00	0,00%
Total	76 687 048,36	154 804 137,00	49,54%

No decurso do 2.º trimestre de 2021, há ainda a destacar a integração no orçamento de receita do saldo da gerência anterior, no montante global de 584.217,17 € (FF 368, 488 e 522) após validação pela DGO.

Por fim, refere-se o montante arrecadado na FF 482, referente ao acerto final do programa comunitário JUST-AG-2018/JUST-JCOO-EJN-AG-2018, com a ação intitulada “*Capacity building and research activities for judges and legal practitioners — CB and RA - PT*”.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

IV. Conclusões

No final do 2.º trimestre de 2021, o orçamento de despesa do CSM apresenta um grau de execução global de 50,56%, sendo este indicador ligeiramente superior ao registado no período homólogo de 2020 (50,07%).

Em termos absolutos, a despesa total executada situou-se nos 75.833.908,49 €, evidenciando um ligeiro acréscimo face ao mesmo período do ano anterior (+2%). Esta situação foi influenciada essencialmente pela evolução dos encargos com o pessoal, que correspondem a cerca de 99% do total executado e onde, por sua vez, se salientam os montantes despendidos na atividade relativa à magistratura judicial, cujos pagamentos totalizaram 71.544.058,72 €.

Tendo em conta a estimativa efetuada e o valor das dotações disponíveis para 2021, o CSM foi já obrigado a solicitar a descativação de verbas cativas no seu orçamento, mormente para reforço da rubrica “*Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos*” do agrupamento “*Despesas com o pessoal*”, com contrapartida na reserva, no montante de 3.470.000 €. Igualmente para reforço do agrupamento de “*Aquisição de bens e serviços*”, a descativação das verbas cativas na rubrica “*Locação de edifícios – outros*”, no total de 130.000 €.

Conselho Superior da Magistratura,

Pelo Conselho Administrativo,
O Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

(Juiz Conselheiro José António de Sousa Lameira)





**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**
DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

V. ANEXOS

Mapa I – Execução do Orçamento de Funcionamento - Despesa

Mapa II – Execução do Orçamento de Funcionamento - Receita

Mapa III – Mapa de Pessoal



Conselho Superior da Magistratura

Mapa II

Orçamento de funcionamento - Receita

Execução orçamental - 2.º Trimestre 2021

(Unidade: Euro)

Rubrica	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais	Previsão Corrigida	Receita cobrada 1.º trimestre	Receita cobrada 2.º trimestre	Execução %
311 - Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados						
06.03.01.12.05 - Transferências correntes - Administração Central	154 177 815,00	0,00	154 177 815,00	32 997 033,50	75 995 737,58	49,29%
10.03.01.12.05 - Transferências capital - Administração Central	351 700,00	0,00	351 700,00	27 000,00	54 337,37	15,45%
Total	154 529 515,00	0,00	154 529 515,00	33 024 033,50	76 050 074,95	49,21%
313 - Saldos de Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados						
16.01.01.01.01 - Saldo da gerência anterior	0,00	189 096,00	189 096,00	0,00	0,00	0,00%
Total	0,00	189 096,00	189 096,00	0,00	0,00	0,00%
357 - Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros						
06.03.01.12.05 - Transferências correntes - Administração Central	28 769,00	0,00	28 769,00	0,00	0,00	0,00%
Total	28 769,00	0,00	28 769,00	0,00	0,00	0,00%
358 - Saldos de Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros						
16.01.01.01.01 - Saldo da gerência anterior	0,00	6 259,00	6 259,00	0,00	0,00	0,00%
Total	0,00	6 259,00	6 259,00	0,00	0,00	0,00%
368 - Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados						
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	46 648,00	46 648,00	0,00	46 648,00	0,00%
Total	0,00	46 648,00	46 648,00	0,00	46 648,00	100,00%
482 - Fundos comunitários - Outros						
06.09.01.05.78 - TRF correntes- União Europeia	85 853,00	0,00	85 853,00	10 567,62	10 567,62	12,31%
Total	85 853,00	0,00	85 853,00	10 567,62	10 567,62	12,31%
488 - Saldos de Fundos Europeus						
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	144 298,00	144 298,00	0,00	144 297,80	0,00%
Total	0,00	144 298,00	144 298,00	0,00	144 297,80	0,00%
513 - Receita própria do ano						
04.02.99.99.78 - Org. dos encargos gerais do Estado	20 000,00	0,00	20 000,00	1 523,97	1 523,97	7,62%
07.02.99.03.78 - Serviços prestados a terceiros	250,00	0,00	250,00	14,67	29,34	11,74%
08.01.99.99.78 - Outras receitas correntes - Outras	50 000,00	0,00	50 000,00	3 213,00	6 206,58	12,41%
15.01.01.01.01 - Reposições não abatidas aos pagamentos	79 750,00	0,00	79 750,00	29 843,17	34 428,73	43,17%
Total	150 000,00	0,00	150 000,00	34 594,81	42 188,62	28,13%
522 - Saldos de RP transitados - Com outras origens						
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	393 272,00	393 272,00	0,00	393 271,37	0,00%
Total	0,00	393 272,00	393 272,00	0,00	393 271,37	0,00%
541 - Transferência de RP entre organismos						
06.03.07.01.78 - TRF correntes- Administração Central - IGFEJ, I.P.	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00%
Total	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL GLOBAL	154 804 137,00	779 573,00	155 583 710,00	33 069 195,93	76 687 048,36	49,29%

Conselho Superior da Magistratura

Mapa III

Mapa de Pessoal -2.º Trimestre de 2021

GRUPO DE PESSOAL	Lugares ocupados		
	1/jan/2021	31/mar/2021	30/jun/2021
Magistrado	34	31	31
Vogal (Representante do poder legislativo)	2	4	4
Dirigente Intermédio	4	4	4
Técnico Superior	8	9	9
Assistente técnico	3	3	3
Assistente operacional	5	5	5
Oficial de justiça	52	51	52
Especialista de Informática	1	1	1
Técnico de Informática	2	2	2
TOTAL	111	110	111



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.º trimestre de 2021



**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**
DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Índice

ÍNDICE.....	2
I. NOTA INTRODUTÓRIA	3
II. MEIOS HUMANOS	4
III. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO 3.º TRIMESTRE DE 2021	6
1. DESPESA	6
2. RECEITA.....	11
IV. CONCLUSÕES.....	14





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

I. Nota introdutória

A dotação global aprovada para o orçamento de 2021 do Conselho Superior da Magistratura (CSM) foi de 154.804.137 €, correspondendo 154.558.284 € a receitas de impostos, 150.000 € a receita própria, 10.000 € a transferências da Administração Pública e 85.853 € a Fundos Comunitários.

Comparando com o ano de 2020, a referida dotação representa um aumento de 1,1% (+1.694.975 €), em virtude essencialmente do incremento das dotações iniciais de receitas gerais, que representam cerca de 99% do total do orçamento do CSM.

O valor das cativações ascende, na presente data, a 1.333.754 €, situando-se assim as dotações disponíveis em 153.529.745 €, refletindo um aumento de 3.529.362 € relativamente ao trimestre anterior.

O antedito aumento comporta essencialmente a descativação de 3.470.000 €, autorizada por despacho da Senhora Secretária de Estado do Orçamento, de 8 de setembro, que se destinou ao reforço do agrupamento “*Despesas com pessoal*”.

Tendo por base a execução orçamental do 3.º trimestre e a estimativa de execução até final do ano, perspetiva-se que será necessária a submissão de novo pedido de descativação, pelo menos para reforço da rubrica “*Locação de edifícios*”.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

II. Meios Humanos

Considerando o universo dos colaboradores em exercício de funções no CSM, no decurso do 3.º trimestre de 2021, registou-se o decréscimo de dois postos de trabalho, contabilizando-se um total de 109 postos de trabalho efetivamente ocupados.

Assim, o fluxo registado deveu-se essencialmente aos seguintes movimentos:

- Nomeação, em comissão de serviço, de três inspetores judiciais, verificando-se, no sentido oposto, a cessação, da comissão de serviço, de dois inspetores judiciais;
- Mobilidade interna na categoria de um técnico superior afeto ao Gabinete de Comunicação, Relações Institucionais, Estudos e Planeamento (GCRIEP), para o exercício de funções no Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Cessação da comissão de serviços de dois oficiais de justiça afetos ao Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros (GAVPM).

O **Quadro I** permite observar o mapa de pessoal do CSM de janeiro a setembro do corrente ano, por grupo de pessoal.

Quadro I
Mapa de Pessoal

GRUPO DE PESSOAL	Lugares ocupados			
	1/jan/2021	31/mar/2021	30/jun/2021	30/set/2021
Magistrado	34	31	31	32
Vogal (Representante do poder legislativo)	2	4	4	4
Dirigente Intermédio	4	4	4	4
Técnico Superior	8	9	9	8
Assistente técnico	3	3	3	3
Assistente operacional	5	5	5	5
Oficial de justiça	52	51	52	50
Especialista de Informática	1	1	1	1
Técnico de Informática	2	2	2	2
TOTAL	111	110	111	109



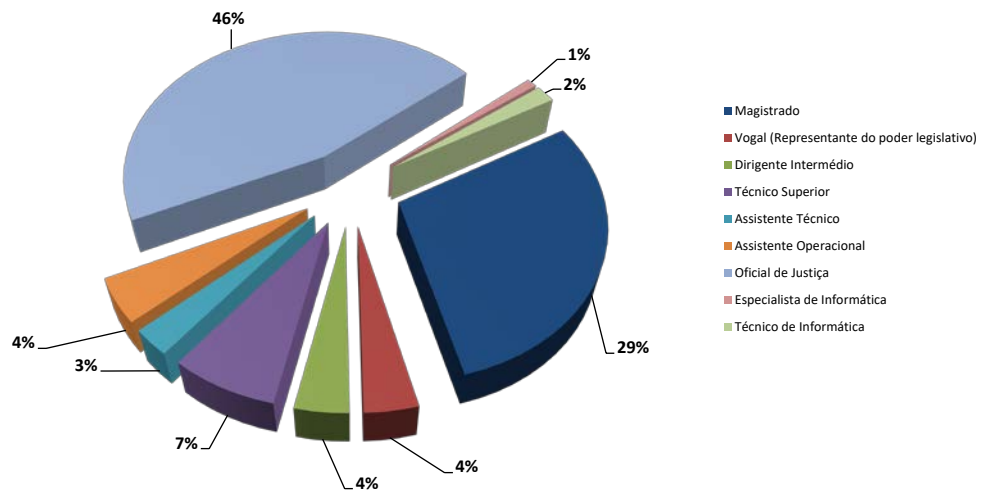
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

O **Gráfico I** permite visualizar o peso dos diferentes grupos de pessoal existentes no Conselho a 30 de setembro de 2021.

Gráfico I

Grupos de pessoal do CSM



O mapa de pessoal do CSM integra ainda o universo da magistratura judicial de 1.^a Instância, distribuído pelos 23 tribunais de comarca existentes no país, verificando-se neste âmbito, um decréscimo de -0,50% a 30 de setembro do corrente ano, correspondente a uma diminuição de 7 postos de trabalho, por comparação a 30 de junho de 2021, em que se encontrava contabilizado um total de 1.388 magistrados judiciais.

Acrescem ainda ao mapa de pessoal do CSM os postos de trabalho destinados à constituição de gabinetes de apoio aos Tribunais de Comarca, conforme previstos na Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, sendo de referir o início de funções, a 1 de setembro de 2021, de vinte e três técnicos superiores como assessores nestes Gabinetes, na sequência de recrutamento interno por via de procedimento concursal.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

III. Execução orçamental no 3.º trimestre de 2021

1. Despesa

A taxa de execução da despesa, tendo por referência a dotação disponível do orçamento do CSM, foi de 71,17% no 3.º trimestre de 2021, ascendendo o valor total executado a 109.268.766,38 €, conforme se resume no quadro seguinte:

Quadro II

Síntese da execução orçamental

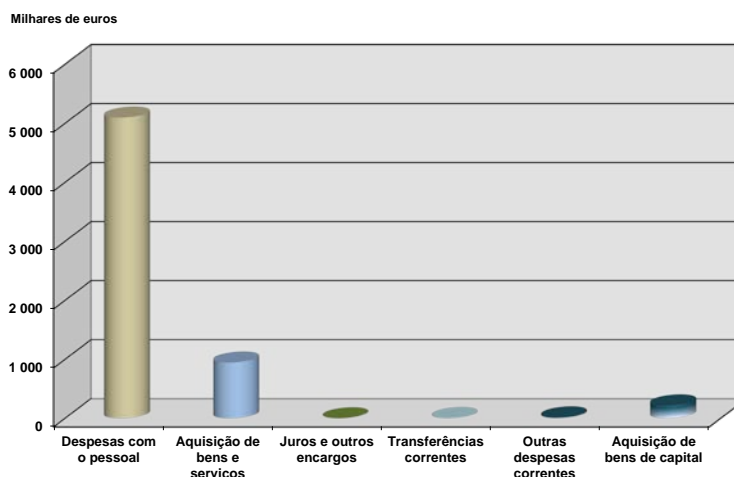
Unid.: €

Designação	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	1 576 301,00	142 261 116,00	9 692 328,00	153 529 745,00
Valor executado	39 633,60	102 945 813,80	6 283 318,98	109 268 766,38
Taxa de Execução	2,51%	72,36%	64,83%	71,17%

Ao nível da atividade 263, que reflete o funcionamento do CSM, o valor executado totalizou os 6.283.318,98 €, encontrando-se a sua repartição por agrupamento económico expressa no gráfico seguinte:

Gráfico II

Estrutura da despesa executada por agrupamento económico (atividade 263)



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Na atividade 256, que agrega o orçamento destinado à magistratura judicial de 1.^a Instância, o valor executado de 102.945.813,80 € respeita essencialmente ao agregado despesas com pessoal (99,81% do total), referindo-se o remanescente, no montante 199.483,20 €, a despesas registadas no agrupamento de aquisição de bens e serviços (rubricas de “*Transportes*” e “*Deslocações e estadas*”).

Em termos globais, assume especial relevo o agrupamento económico “*Despesas com o pessoal*” na estrutura do orçamento de despesa do CSM (98,73% do total da despesa executada), conforme pode ser confirmado através do **Quadro III**:

Quadro III – Indicadores de Gestão Orçamental

INDICADOR	Orçamento Corrigido	Execução 3.º Trimestre
PESO DAS RECEITAS PRÓPRIAS NO TOTAL DAS DESPESAS = RECEITAS PRÓPRIAS / TOTAL DAS DESPESAS	0,10%	0,06%
PESO DAS DESPESAS COM O PESSOAL NO TOTAL DAS DESPESAS = DESPESAS COM O PESSOAL / TOTAL DAS DESPESAS	97,56%	98,73%

Os elementos acima descritos foram calculados com base no **Mapa I**, em anexo ao presente relatório, que apresenta a execução orçamental do CSM de janeiro a setembro do corrente ano, discriminada por rubrica de classificação económica e fonte de financiamento.

A coluna (9) do **Mapa I** permite-nos visualizar a taxa de execução orçamental para cada uma das rubricas, encontrando-se destacadas aquelas que apresentam um grau de execução superior a 75% da dotação disponível do orçamento.

Sendo certo que das rubricas identificadas no **Mapa I**, nem todas seguem uma tendência de execução constante, o destaque referido pode indiciar as rubricas de classificação económica com eventual maior necessidade de reforço orçamental.

A. Despesas com pessoal

Como referido atrás, as despesas com pessoal representaram 98,73% do total executado no 3.º trimestre de 2021, sendo a taxa de execução deste agrupamento de classificação



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

económica muito semelhante à taxa global. Os montantes despendidos neste agrupamento totalizaram os 107.882.496,31 €, sendo a maioria respeitante à magistratura judicial, conforme apresentado de seguida:

Quadro IV

Síntese da execução orçamental – Despesas com pessoal

Unid.: €

Despesas com pessoal	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	1 576 301,00	141 853 319,00	7 652 911,00	151 082 531,00
Valor executado	39 633,60	102 746 330,60	5 096 532,11	107 882 496,31
Taxa de Execução	2,51%	72,43%	66,60%	71,41%

Neste agrupamento e tendo por base a estimativa de encargos até ao final do ano, verifica-se que as rubricas que, para já, evidenciam uma situação mais preocupante de carência orçamental são as seguintes, todas com referência à atividade 256 (magistratura judicial de 1.ª Instância):

- 01.01.01.A0 - “Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos”, com valores representativos de execução de **79,83%**;
- 01.01.01.C0 – “Acumulação de funções”, que apresenta uma taxa de execução de **93,61%**;
- 01.01.09.A0 - “Pessoal em qualquer outra situação”, que evidencia uma execução de **100,00%**, igualmente na atividade 256.

Por outro lado, comparando a execução registada no 3.º trimestre de 2021 com os valores do período homólogo de 2020, verifica-se um aumento de 1,73% no âmbito do agrupamento de “Despesas com pessoal”.

Quadro V

Evolução despesas com pessoal (3.º trimestre de 2020/2021)

Unid.: €

Agrupamento	3.º Trim 2020	3.º Trim 2021	Variação	
			%	Valor
Remunerações certas e permanentes	85 421 324,36	86 931 552,86	1,77%	1 510 228,50
Abonos variáveis ou eventuais	1 252 352,97	1 376 916,18	9,95%	124 563,21
Segurança social	19 375 982,53	19 574 027,27	1,02%	198 044,74
TOTAL	106 049 659,86	107 882 496,31	1,73%	1 832 836,45



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

A referida alteração verifica-se em ambas as atividades com execução no orçamento do CSM, embora em termos absolutos com maior impacto no que concerne a atividade correspondente à magistratura judicial de 1.^a Instância, conforme discriminado de seguida:

Quadro VI

Despesas com pessoal por atividade (3.º trimestre de 2020/2021)

Unid.: €

Act.	Exec. 3º Trim 2020	Exec. 3º Trim 2021	Variação	
			%	Valor
Act. 215	0	39 633,60	100,00%	39 633,60
Act. 256	101 115 941,79	102 746 330,60	1,61%	1 630 388,81
Act. 263	4 933 718,07	5 096 532,11	3,30%	162 814,04
	106 049 659,86	107 882 496,31	1,73%	1 832 836,45

O crescimento observado na atividade 256 regista-se sobretudo ao nível das rubricas “Acumulação de funções” e “Contribuições para a Segurança Social”, refletindo essencialmente a aplicação do previsto no artigo 29.º do EMJ.

B. Aquisição de bens e serviços

As aquisições de bens e serviços tiveram pouca expressão no valor total executado no 3.º trimestre de 2021, sendo a taxa de execução deste agrupamento de classificação económica inferior à taxa global.

Os montantes executados neste agrupamento totalizaram os 1.145.784,73 €, conforme apresentado de seguida:

Quadro VII

Síntese da execução orçamental – Aquisições de bens e serviços

Unid.: €

Aquisição de bens e serviços	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	407 797,00	1 654 997,00	2 062 794,00
Valor executado	199 483,20	946 301,53	1 145 784,73
Taxa de Execução	48,92%	57,18%	55,55%



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

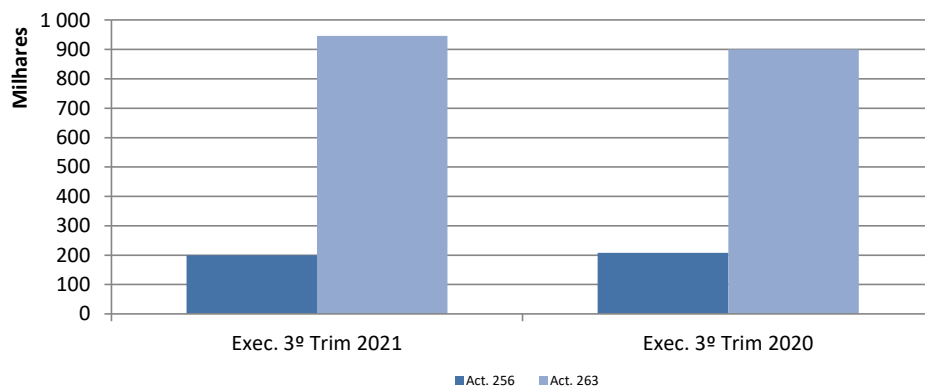
Cerca de 43% do valor executado neste âmbito respeita à rubrica de classificação económica “*Locação de edifícios*”, na atividade 263, onde se encontram refletidos os montantes suportados com o arrendamento das instalações do CSM. A mesma regista uma taxa de execução de 90,86% e, analisados os respetivos valores, verifica-se uma situação de défice equivalente ao montante necessário para o pagamento de dois meses de renda.

Ao nível das restantes rubricas com maior peso neste agrupamento, nomeadamente “*Transportes*” e “*Deslocações e estadas*”, acresce referir que a evolução da sua execução está a ser significativamente influenciada pela situação pandémica associada ao COVID 19 e seu impacto no normal funcionamento do CSM, com a redução das deslocações em serviço, mormente ao nível dos serviços de inspeção e dos magistrados judiciais de 1.ª Instância.

A execução registada no 3.º trimestre de 2021 reflete um acréscimo relativamente ao mesmo período de 2020 (+3,44%).

Gráfico III

Evolução despesas com aquisição de bens e serviços (3.º trimestre de 2020/2021)



Esta evolução verifica-se fundamentalmente na atividade 263 (funcionamento do CSM) e está relacionada, em grande medida, com a situação pandémica anteriormente referida e o seu menor impacto no 3.º trimestre de 2021.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

C. Aquisições de capital

As aquisições de capital apresentam no final do 3.º trimestre uma taxa de execução de 62,45%, com pagamentos que ascendem a 219.651,57 €.

Os referidos montantes estão refletidos maioritariamente nas rubricas:

- “*Equipamento de informática*”, refletindo a aquisição de uma solução de *backup*, atento o volume, criticidade e importância dos dados que circulam nos servidores e de uma solução hiper-convergente, por forma a implementar uma arquitetura de infraestrutura que tenha ambição de escala e que possa evoluir de forma controlada e gradual;
- “*Software informático*”, respeitando ao desenvolvimento e atualização da aplicação informática IUDEX, destinada a suportar o processo de gestão e movimentação dos magistrados judiciais e da respetiva tramitação eletrónica.

Comparativamente ao mesmo período de 2020, as aquisições de capital apresentam uma subida significativa, conforme se ilustra:

Quadro VIII

Aquisições de capital

Aquisições de capital	3.º Trim 2021	3.º Trim 2020	Variação	
			%	Valor
Equipamento de informática - Hardware	6 148,77	0	-100,00%	-6 148,77
Equipamento de informática - Outros	157 407,42	11 868,27	-92,46%	-145 539,15
Software informático	54 938,57	35 820,67	-34,80%	-19 117,90
Equipamento administrativo - Hardware de Comunicações	806,08	3 056,37	100,00%	2 250,29
Equipamento administrativo - Outros	350,73	5 953,96	1597,59%	5 603,23
TOTAL	219 651,57	56 699,27	-74,19%	-162 952,30

A variação registada tem justificação nos investimentos anteriormente indicados ao nível da rubrica “*Equipamento de informática*”.

2. Receita

O **Mapa II**, em anexo ao presente relatório, ilustra a arrecadação de receita do CSM de janeiro a setembro, discriminada por rubrica de classificação económica.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Em termos gerais, a receita cobrada líquida ascendeu a um total de 110.181.233,85 €, correspondendo a uma taxa de execução de 70,82%, sendo representada na sua quase totalidade pela FF 311 - Receitas de impostos.

Efetivamente, as transferências de verbas provenientes de Encargos Gerais do Estado, que são contabilizadas na FF 311 - Receitas de impostos não afetadas a projetos cofinanciados, totalizaram 109.519.677,13 €, representando mais de 99% do total da receita cobrada.

O CSM arrecadou ainda a quantia de 59.021,93 € de receita própria, em virtude da sua atividade, registada na FF 513 – Receita própria do ano. Neste âmbito, destacam-se as importâncias provenientes dos montantes registados a título de reposições não abatidas aos pagamentos e associados a processos de devolução de vencimentos (44.110,79 €).

O **Quadro IX** permite comparar os valores da receita orçamentada e da receita arrecadada desde o início do ano até final do mês de setembro.

Quadro IX

Síntese da execução orçamental da Receita

Fonte Financiamento	Receita arrecadada (1)	Receita orçamentada (2)	Execução (1)/(2)
FF 311	109 519 677,13	154 529 515,00	70,87%
FF 313	0,00	0,00	0,00%
FF 330	0,00	0,00	0,00%
FF 357	0,00	28 769,00	0,00%
FF 358	0,00	0,00	0,00%
FF 368	46 648,00	0,00	0,00%
FF 482	10 567,62	85 853,00	12,31%
FF 488	144 297,80	0,00	0,00%
FF 513	59 021,93	150 000,00	39,35%
FF 522	393 271,37	0,00	0,00%
FF 541	7 750,00	10 000,00	77,50%
Total	110 181 233,85	154 804 137,00	71,17%

No decurso do 2.º trimestre de 2021, verificou-se a integração no orçamento de receita do saldo da gerência anterior, no montante global de 584.217,17 € (FF 368, 488 e 522) após validação pela DGO.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Por fim, refere-se o montante arrecadado na FF 482, referente ao acerto final do programa comunitário JUST-AG-2018/JUST-JCOO-EJN-AG-2018, com a ação intitulada “*Capacity building and research activities for judges and legal practitioners — CB and RA - PT*”.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

IV. Conclusões

No final do 3.º trimestre de 2021, o orçamento de despesa do CSM apresenta um grau de execução global de 71,17%, sendo este indicador ligeiramente inferior ao registado no período homólogo de 2020 (72,26%).

Em termos absolutos, a despesa total executada situou-se nos 109.268.766,38 €, evidenciando um ligeiro acréscimo face ao mesmo período do ano anterior (+2%). Esta situação foi influenciada essencialmente pela evolução dos encargos com o pessoal, que correspondem a cerca de 99% do total executado e onde, por sua vez, se salientam os montantes despendidos na atividade relativa à magistratura judicial, cujos pagamentos totalizaram 102.746.330,60 €.

Tendo em conta a estimativa efetuada e o valor das dotações disponíveis para 2021, o CSM foi já obrigado a solicitar a descativação de verbas cativas no seu orçamento, o que foi autorizado por despacho de 8 de setembro. Esta descativação, no montante de 3.470.000 €, destinou-se ao reforço da rubrica *“Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos”* do agrupamento *“Despesas com o pessoal”*, tendo como contrapartida a reserva.

Para reforço do agrupamento de *“Aquisição de bens e serviços”*, nomeadamente para reforço da rubrica *“Locação de edifícios – outros”*, estima-se que venha a ter que ser efetuado novo pedido de descativação.

Conselho Superior da Magistratura,

Pelo Conselho Administrativo,
O Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

(Juiz Conselheiro José António de Sousa Lameira)





**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**
DIREÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

V. ANEXOS

Mapa I – Execução do Orçamento de Funcionamento - Despesa

Mapa II – Execução do Orçamento de Funcionamento - Receita

Mapa III – Mapa de Pessoal



Conselho Superior da Magistratura

Mapa II Orçamento de funcionamento - Receita Execução orçamental - 3.º Trimestre 2021

(Unidade: Euro)

Rubrica	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais	Previsão Corrigida	Receita cobrada 1.º trimestre	Receita cobrada 2.º trimestre	Receita cobrada 3.º trimestre	Execução %
311 - Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados							
06.03.01.12.05 - Transferências correntes - Administração Central	154 177 815,00	0,00	154 177 815,00	32 997 033,50	75 995 737,58	109 288 655,34	70,88%
10.03.01.12.05 - Transferências capital - Administração Central	351 700,00	0,00	351 700,00	27 000,00	54 337,37	231 021,79	65,69%
Total	154 529 515,00	0,00	154 529 515,00	33 024 033,50	76 050 074,95	109 519 677,13	70,87%
313 - Saldos de Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados							
16.01.01.01.01 - Saldo da gerência anterior	0,00	189 096,00	189 096,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	0,00	189 096,00	189 096,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
357 - Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros							
06.03.01.12.05 - Transferências correntes - Administração Central	28 769,00	0,00	28 769,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	28 769,00	0,00	28 769,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
358 - Saldos de Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros							
16.01.01.01.01 - Saldo da gerência anterior	0,00	6 259,00	6 259,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	0,00	6 259,00	6 259,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
368 - Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados							
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	46 648,00	46 648,00	0,00	46 648,00	46 648,00	100,00%
Total	0,00	46 648,00	46 648,00	0,00	46 648,00	46 648,00	100,00%
482 - Fundos comunitários - Outros							
06.09.01.05.78 - TRF correntes - União Europeia	85 853,00	0,00	85 853,00	10 567,62	10 567,62	10 567,62	12,31%
Total	85 853,00	0,00	85 853,00	10 567,62	10 567,62	10 567,62	12,31%
488 - Saldos de Fundos Europeus							
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	144 298,00	144 298,00	0,00	144 297,80	144 297,80	100,00%
Total	0,00	144 298,00	144 298,00	0,00	144 297,80	144 297,80	100,00%
513 - Receita própria do ano							
04.02.99.99.78 - Org. dos encargos gerais do Estado	20 000,00	0,00	20 000,00	1 523,97	1 523,97	1 523,97	7,62%
07.02.99.03.78 - Serviços prestados a terceiros	250,00	0,00	250,00	14,67	29,34	29,34	11,74%
08.01.99.99.78 - Outras receitas correntes - Outras	50 000,00	0,00	50 000,00	3 213,00	6 206,58	13 357,83	26,72%
15.01.01.01.01 - Reposições não abatidas aos pagamentos	79 750,00	0,00	79 750,00	29 843,17	34 428,73	44 110,79	55,31%
Total	150 000,00	0,00	150 000,00	34 594,81	42 188,62	59 021,93	39,35%
522 - Saldos de RP transitados - Com outras origens							
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	393 272,00	393 272,00	0,00	393 271,37	393 271,37	100,00%
Total	0,00	393 272,00	393 272,00	0,00	393 271,37	393 271,37	100,00%
541 - Transferência de RP entre organismos							
06.03.07.01.78 - TRF correntes- Administração Central - IGFEJ, I.P.	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	7 750,00	77,50%
Total	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	7 750,00	77,50%
TOTAL GLOBAL	154 804 137,00	779 573,00	155 583 710,00	33 069 195,93	76 687 048,36	110 181 233,85	70,82%

Conselho Superior da Magistratura

Mapa III

Mapa de Pessoal -3.º Trimestre de 2021

GRUPO DE PESSOAL	Lugares ocupados			
	1/jan/2021	31/mar/2021	30/jun/2021	30/set/2021
Magistrado	34	31	31	32
Vogal (Representante do poder legislativo)	2	4	4	4
Dirigente Intermédio	4	4	4	4
Técnico Superior	8	9	9	8
Assistente técnico	3	3	3	3
Assistente operacional	5	5	5	5
Oficial de justiça	52	51	52	50
Especialista de Informática	1	1	1	1
Técnico de Informática	2	2	2	2
TOTAL	111	110	111	109